



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões

Maringá – Paraná – Cep 87.065-660

CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ (CISPAR)
UASG: 460681 - CONSÓRCIO INTERM. DE SANEAMENTO DO PARANÁ
Processo Licitatório nº 121/2026.
Modalidade Pregão Eletrônico nº 16/2026.
Registro de Preços nº 15/2026.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades do CISPAR.
Valor Máximo da Licitação: R\$ 2.113.882,32 (dois milhões, cento e treze mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos).
Tipo de Licitação: Menor preço por grupo. Ampla concorrência, com benefícios de contratação para Micro, Pequena Empresa e MEI's.
Abertura das propostas e recebimento dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 09/07/2026, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/ .
Edital na íntegra: O Edital, todas as documentações e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br/ e https://cispar.pr.gov.br/ , no link “Licitações”.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/2026
REGISTRO DE PREÇOS N.º 15/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 121/2026

O Pregoeiro do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, designado pela Resolução n.º 10, de 23 de Janeiro de 2024, publicada na página 241 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, torna público aos interessados que fará realizar licitação para **REGISTRO DE PREÇO**, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tudo em conformidade com as regras estipuladas nos termos da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n.º 8.538, de 06 de outubro de 2015, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 09/07/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09h (nove horas).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1. DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades do CISPAR, compreendendo os seguintes **postos de trabalho**:

- a) Posto de Trabalho de Serviços gerais de limpeza;
- b) Posto de Trabalho de Serviços de apoio e conservação laboratorial;
- c) Posto de Trabalho de Serviços de apoio em saneamento;
- d) Posto de Trabalho de Serviços de apoio em operação com CNH - Categoria D;
- e) Posto de Trabalho de Serviços de suporte em comunicação.

conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos da fase preparatória.

1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET/CATSER e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão estas últimas.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

1.2 A licitação será realizada em **grupo**, conforme especificações e detalhamentos constantes do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação na integralidade da solução licitada.

1.3 O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 O limite máximo total estimado da contratação será de R\$ 2.113.882,32 (dois milhões, cento e treze mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos), conforme orçamento estimativo constante do processo administrativo, ficando estabelecido esse valor como referência máxima para julgamento da licitação.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Não será admitida adesão à presente Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, em razão das peculiaridades do objeto, da necessidade de planejamento prévio dos quantitativos, da vinculação da contratação às necessidades específicas do CISPAR e da natureza dos serviços continuados com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

3. DO CREDENCIAMENTO NO COMPRAS.GOV

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o

objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 O presente certame se destina à participação de ampla concorrência com benefícios para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

4.1.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.5 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.5.1. A vedação à participação de empresas em consórcio justifica-se em razão da natureza do objeto, que demanda gestão contratual centralizada, responsabilização direta e uniforme da futura contratada, padronização da execução dos serviços, supervisão contínua da mão de obra e maior eficiência na fiscalização contratual, não se verificando, no caso concreto, complexidade técnica ou dimensão que justifique a atuação consorciada.

4.3.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.7 Sociedades cooperativas de mão de obra, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017;

4.3.8 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.9 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.10 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.11 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.12 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.13 Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.3.14 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.15 O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3.16 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.3.17 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.3.18 O disposto não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.3.19 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.3.20 A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



4.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências edilícias;

4.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5 A falsidade da declaração de que trata os itens do Edital sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.

5.1.1 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os

licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa de lances.

5.9 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor global anual, conforme critério de julgamento adotado neste Edital;

6.1.2 descrição resumida do objeto ofertado;

6.1.3 indicação de que a proposta contempla a prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, em conformidade com o Termo de Referência;

6.1.4 Planilha de custos e formação de preços, acompanhada dos documentos complementares pertinentes;

6.1.5 A planilha de custos e formação de preços deverá observar o modelo disponibilizado pela Administração e os parâmetros mínimos definidos no Edital, no Termo de Referência e nos anexos do processo, inclusive quanto à composição remuneratória, benefícios e adicionais de insalubridade eventualmente adotados para determinados postos de trabalho.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços, inclusive salários, benefícios legais e convencionais, adicionais de insalubridade eventualmente aplicáveis, insumos, uniformes, EPIs, substituições, custos indiretos, tributos e lucro.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6 O licitante deverá observar os preços máximos fixados pela Administração, bem como os parâmetros mínimos eventualmente estabelecidos no processo para formulação da proposta, inclusive aqueles relacionados a salário-base, benefícios mínimos e adicionais de insalubridade, quando previstos no Edital e em seus anexos.

6.7 O descumprimento das regras relativas à formação da proposta poderá ensejar desclassificação, sem prejuízo das demais consequências legais e contratuais cabíveis.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.1.1 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL ANUAL DO GRUPO ÚNICO.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

GRUPO ÚNICO	2%
-------------	----

7.9 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.15.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do

sistema.

7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante através do sistema.

7.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.23 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços

produzidos ou prestados por:

7.27.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.27.1.2 Persistindo o empate, o Pregoeiro por meio do chat irá convocar as empresas empatadas para a realização do sorteio manual, no qual será marcado com data prévia e realizado através de plataforma on-line, com o link disponibilizado via chat.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo o Pregoeiro solicitar manifestações e documentos complementares necessários à condução do certame, observado o prazo fixado neste Edital para apresentação da proposta readequada e demais documentos pertinentes.

7.28.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.3 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.4 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA - JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estimado para a contratação, observadas as exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

8.2 Para fins de julgamento da proposta, serão considerados, além do menor preço global anual do grupo único:

- a) a conformidade da proposta com as especificações do objeto;
- b) a compatibilidade da planilha de custos e formação de preços com os parâmetros do Edital, do Termo de Referência e do processo administrativo;
- c) a compatibilidade entre o enquadramento sindical informado, o instrumento coletivo indicado, a base territorial da execução e os postos de trabalho licitados;
- d) a observância dos direitos trabalhistas, benefícios legais e convencionais e demais encargos incidentes sobre a contratação;
- e) a exequibilidade econômica e operacional da proposta apresentada;
- f) a observância dos valores mínimos remuneratórios de referência, benefícios mínimos e adicionais de insalubridade eventualmente previstos no processo, quando aplicáveis.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

- a) conter vício insanável;
- b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus anexos;
- c) apresentar preço final superior ao valor máximo fixado para a contratação;
- d) apresentar preços manifestamente inexequíveis;
- e) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- f) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável;
- g) deixar de observar, na planilha de custos, os parâmetros mínimos de salário-base, benefícios e adicionais de insalubridade fixados pela Administração no Edital e em seus anexos, quando aplicáveis.

8.4 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, ou incompatíveis com os custos dos insumos, salários de mercado, encargos legais e convencionais e demais componentes necessários à execução do objeto, ainda que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos específicos.

8.5 No caso de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a aferição da exequibilidade considerará, especialmente:

- a) a compatibilidade entre os salários propostos e o instrumento coletivo indicado pela licitante;
- b) a adequação da planilha de custos e formação de preços;
- c) a incidência correta dos encargos sociais, trabalhistas, tributários e previdenciários;
- d) a inclusão dos benefícios legais e convencionais pertinentes;
- e) a compatibilidade entre o custo da mão de obra, os insumos, os custos indiretos e a execução do objeto;
- f) a observância dos valores mínimos remuneratórios de referência eventualmente previstos no processo, quando aplicáveis;

g) a observância dos adicionais de insalubridade eventualmente fixados pela Administração na planilha referencial da contratação, quando aplicáveis aos postos licitados.

8.6 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da proposta, devendo apresentar os indícios ou elementos que fundamentem a suspeita.

8.7 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para realização de diligências, com vistas ao saneamento da proposta ou à complementação de informações, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.8 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documentos complementares, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo e formalmente aceita.

8.8.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se:

- a) proposta final readequada ao último lance;
- b) planilha de custos e formação de preços;
- c) instrumento coletivo indicado pela licitante;
- d) memória de cálculo dos custos da proposta;
- e) documentos complementares necessários à confirmação da exequibilidade, da composição dos custos e da compatibilidade da proposta com o objeto licitado.

8.9 O saneamento de falhas formais, materiais ou de cálculo da proposta e da planilha poderá ser admitido, desde que não haja alteração da substância da proposta, do valor global ofertado ou violação ao princípio da isonomia.

8.10 Não será admitido saneamento que implique:

- a) substituição integral da proposta;
- b) inclusão de documento que deveria ter sido originariamente apresentado como requisito substancial da proposta, quando isso implicar inovação do conteúdo originalmente ofertado;
- c) alteração do valor global ofertado, salvo correção de erro material devidamente demonstrado e sem prejuízo à competitividade e à isonomia.

8.11 Se a proposta ou o lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.



8.13 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.13.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.14 Nos casos de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, será realizada nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, quando cabível.

8.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos da legislação aplicável.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio admitido em lei.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que esse registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos será feita em relação ao licitante vencedor.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

9.8 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.8.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.8.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.9 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação na licitação ou a futura contratação, mediante consulta aos cadastros pertinentes.

9.10 Constatada a existência de sanção ou de impedimento de participação, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis.

9.11 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica.

9.12 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando for o caso, a respectiva documentação atualizada.

9.13 O descumprimento do subitem anterior implicará a inabilitação do licitante, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a documentação válida.

9.14 Havendo necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.15 Somente haverá necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.16 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.17 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e, se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

9.18 Ressalvado o disposto no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.19 Habilitação jurídica:

9.19.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.19.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico oficial.

9.19.3 No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

9.19.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de participante sucursal, filial ou agência.

9.19.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

9.19.6 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

9.19.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

9.19.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.20 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.20.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

9.20.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive os relativos à Seguridade Social.

9.20.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

9.20.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.



9.20.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, quando cabível.

9.20.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.20.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração do órgão competente ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20.8 Caso o licitante detentor da melhor proposta seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.20.9 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.20.10 Na hipótese do subitem anterior, será assegurado o prazo legal para regularização, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.21 Qualificações Econômico-financeiras.

9.21.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.21.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.21.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.21.2.2 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.21.2.3 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, na forma da legislação aplicável.

9.21.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas previstas neste Edital.

9.21.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverão comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.22 Qualificação Técnica

9.22.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) experiência na prestação de serviços terceirizados compatíveis com apoio administrativo e/ou operacional, com cessão de mão de obra.

9.22.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar que a licitante executou ou executa serviços compatíveis em características com o objeto desta contratação, admitida a soma de atestados, desde que idôneos e suficientes à demonstração da aptidão técnica.

9.22.3 Poderá ser exigida a apresentação de declaração de disponibilidade de estrutura operacional apta à execução do objeto, inclusive quanto à gestão da mão de obra, substituição de empregados e manutenção de preposto.

9.22.4 A licitante deverá apresentar declaração de enquadramento sindical e indicação do instrumento coletivo aplicável às categorias profissionais envolvidas na execução do objeto, informando:

- a) sua atividade econômica preponderante;
- b) o sindicato patronal correspondente;
- c) o sindicato profissional correspondente;
- d) a convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa aplicável;
- e) a base territorial compatível com o local da execução dos serviços.

9.22.5 A licitante deverá apresentar declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, nas normas infralegais e nos instrumentos coletivos de trabalho vigentes na data de apresentação da proposta.

9.22.6 A Administração poderá promover diligência para verificar a autenticidade, veracidade, pertinência e suficiência dos documentos apresentados para fins de qualificação técnica.

9.22.7 Será inabilitado o licitante que não comprovar a habilitação exigida ou apresentar documentos em desacordo com este Edital.

9.22.8 Constatado o atendimento integral das exigências de habilitação, o licitante será declarado habilitado.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou por seu representante legal;

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

10.1.3 conter o valor global final do grupo único, em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;

10.1.4 estar acompanhada da planilha de custos e formação de preços atualizada, compatível com o último lance ofertado e com as exigências do Edital e do Termo de Referência.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e na aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso.

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações neles contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de, no mínimo, 10 (dez) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, em campo próprio do sistema.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

11.1.1 Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

11.2 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões recursais, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante deste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente, ou em que seja anulada a própria sessão pública, hipótese em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam;

12.1.2 quando houver erro na aceitação da proposta mais bem classificada ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável, sendo adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail ou outro meio eletrônico idôneo, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou outro meio eletrônico dar-se-á de acordo com os dados constantes do SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Será exigida garantia de execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e na minuta contratual.

14.2 A garantia poderá ser prestada em uma das modalidades admitidas pela legislação aplicável e deverá ser apresentada no prazo e nas condições previstas no Edital e no instrumento contratual.

14.3 A não apresentação da garantia contratual, quando exigida, impedirá a assinatura do contrato e sujeitará o adjudicatário às consequências previstas neste Edital e na legislação aplicável.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Homologado o resultado da licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, cujo conteúdo e condições constam da minuta integrante deste Edital.

15.2 Os documentos referentes ao certame, inclusive ata da sessão pública, adjudicação, homologação e demais registros emitidos pelo sistema eletrônico, permanecerão disponíveis para consulta no Portal Compras.gov.br e nos demais meios de divulgação utilizados pela Administração.

15.3 O adjudicatário será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

15.3.1 O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que haja justificativa aceita pela Administração.

15.4 A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer por meio eletrônico, inclusive por e-mail ou sistema adotado pela Administração, considerando-se válido o recebimento no endereço eletrônico informado pelo licitante.

15.5 Na hipótese de o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação e as regras do cadastro de reserva, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.6 A existência de preços registrados não obriga a Administração à contratação, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1 Após a homologação da licitação e durante a vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser formalizada a contratação mediante celebração de Termo de Contrato ou emissão de instrumento equivalente, conforme a necessidade da Administração e a legislação aplicável.

16.2 O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecimento presencial, a Administração poderá encaminhar o instrumento contratual para assinatura por meio eletrônico, considerando-se válida a convocação no endereço informado pelo licitante.

16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceite da Administração.

16.3 O aceite do instrumento equivalente emitido em favor da empresa adjudicada implica o reconhecimento de que:

16.3.1 referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação jurídica dele decorrente as disposições da Lei nº 14.133/2021, deste Edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora;

16.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e em seus anexos;

16.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021.

16.4 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da lei, conforme previsão do instrumento contratual e do Termo de Referência.

16.5 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF e aos demais cadastros pertinentes para identificação de eventual impedimento à contratação.

16.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura de instrumento contratual e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação, quando legalmente exigível.

16.5.2 Na hipótese de irregularidade no SICAF ou em qualquer documento de habilitação cuja manutenção seja exigida, o contratado deverá promover a regularização no prazo fixado pela Administração, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

16.6 Na assinatura do contrato ou na aceitação do instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da contratação.

16.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato, a Ata de Registro de Preços ou o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, análise da proposta e eventual negociação, firmar a contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis ao licitante faltoso.

17. DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS

17.1 As regras acerca do reajustamento, da repactuação e da revisão dos preços contratuais são as estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na minuta contratual, anexos a este Edital, observada a legislação aplicável.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 Os critérios de recebimento do objeto, aceitação dos serviços, acompanhamento da execução e fiscalização contratual são os previstos no Termo de Referência e no instrumento contratual.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual.

20. DO PAGAMENTO

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 O licitante, o adjudicatário ou a CONTRATADA será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições deste Edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, do contrato e da legislação aplicável.

21.2 Constituem infrações administrativas, entre outras previstas em lei:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato, a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

21.3 Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.4 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.5 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.6 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.7 A sanção de multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no contrato, observada a natureza e a gravidade da infração, a extensão do dano causado à Administração, as circunstâncias do caso concreto, a reincidência e a proporcionalidade.

21.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, a ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e deste Edital.

21.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos causados à Administração;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.



21.10 A aplicação das sanções observará o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

21.11 Caberá recurso e pedido de reconsideração na forma, prazo e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

21.12 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1 Após a homologação da licitação, poderá ser incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro:

22.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

22.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

22.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

22.3 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

22.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

22.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

22.5.1 quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

22.5.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na legislação aplicável.

22.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração poderá, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista neste Edital:

22.6.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original, na ordem de classificação, para negociação, com vistas à obtenção de preço melhor; ou



22.6.2 adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, no último dia útil até as **23h59:59s** – Fim do horário de expediente do órgão.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@cispar.pr.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Pioneiro Miguel Jordão Martinez, 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, CEP 87065-660, Maringá - Paraná, departamento de Licitações.

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e de seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo legal, observado o limite previsto na legislação aplicável.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando for o caso.

23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@cispar.pr.gov.br.

23.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento do pedido, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

23.7 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo.

23.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do CISPARGO e, quando cabível, no Portal Compras.gov.br, vinculando os participantes e a Administração.

23.9 É de responsabilidade dos interessados acompanhar as publicações, respostas, avisos e demais comunicações referentes ao certame nos canais oficiais de divulgação da licitação.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se os prazos somente em dias úteis de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

24.11 O Edital estará disponibilizado, na íntegra, no sítio eletrônico oficial do CISPAR e no Portal Compras.gov.br, podendo também ser obtido no endereço constante deste Edital, no setor de Licitações, nos dias úteis e horários de expediente, no mesmo local em que os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1 Anexo I – Termo de Referência.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

Maringá, XX de abril de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA

Diretor Executivo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2026 **REGISTRO DE PREÇOS Nº. 015/2026** **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 121/2026**

O presente instrumento foi formalizado com base nos levantamentos constantes da Solicitação da Demanda e do Estudo Técnico Preliminar, os quais demonstram a necessidade da contratação, sua viabilidade técnica e jurídica e os parâmetros essenciais para a execução do objeto.

Somado às presentes exigências, deverão ser observadas pelos interessados todas as condições fixadas no Edital e em seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, mediante Sistema de Registro de Preços, para atendimento das necessidades do CISPAR, compreendendo, conforme a necessidade administrativa, os seguintes postos de trabalho:

- Posto de Trabalho de Serviços Gerais de Limpeza
- Posto de Trabalho de Serviços de Apoio e Conservação Laboratorial
- Posto de Trabalho de Serviços de Apoio em Saneamento
- Posto de Trabalho de Serviços de Apoio em Operação – CNH Categoria D
- Posto de Trabalho de Serviços de Suporte em Comunicação

Os quantitativos foram estimados com base em:

- histórico de demandas administrativas;
- expansão das atividades institucionais;
- necessidade variável de alocação de postos;
- características do regime de contratação por demanda (SRP).

Considerando a imprevisibilidade da demanda, optou-se pelo Sistema de Registro de Preços.

1.2. A contratação compreende a prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, abrangendo os seguintes postos de trabalho, conforme necessidade administrativa do CISPAR:

Item	Postos de Trabalho	Valor Unit (R\$)	Qtde de postos	Valor Total Mensal (R\$)	Unid. de medida	Qtde	Total Anual (R\$)
1	Serviços gerais de limpeza	5.945,28	4	23.781,12	Mês	12	285.373,44



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

2	Serviços de apoio e conservação laboratorial	8.470,55	5	42.352,75	Mês	12	508.233,00
3	Serviços de apoio em saneamento	10.313,63	5	51.568,15	Mês	12	618.817,80
4	Serviços de apoio em operação (CNH D)	10.892,00	2	21.784,00	Mês	12	261.408,00
5	Serviços de suporte em comunicação	9.167,71	4	36.670,84	Mês	12	440.050,08
TOTAIS		44.789,17	20	176.156,86			2.113.882,32

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (12 MESES): R\$ 2.113.882,32 (dois milhões, cento e treze mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos)*

**O valor global estimado acima possui caráter referencial, tendo sido apurado com base na planilha de custos e formação de preços.*

- 1.2.1. Os quantitativos acima serão confirmados pela Administração no curso da formalização dos instrumentos decorrentes da ata de registro de preços.
- 1.2.2. Os valores unitários e globais da contratação serão apurados em planilha de custos e formação de preços, orçamento estimativo e proposta vencedora, conforme as condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.
- 1.2.3. As propostas deverão ser apresentadas no SISTEMA pelo valor ANUAL do TOTAL do número de vagas, as propostas cadastradas com o valor MENSAL SERÃO DESCLASSIFICADAS.
- 1.2.4. A contratada deverá observar, na composição da proposta, os adicionais de insalubridade cabíveis aos postos de trabalho, bem como os benefícios mínimos adotados pela Administração, conforme a legislação aplicável, a caracterização técnica pertinente e os parâmetros definidos pela Administração na planilha referencial da contratação e no Edital.
- 1.2.5. O licitante **DEVERÁ**, junto a sua proposta inicial, anexar também a Planilha de Custos disponibilizada no ANEXO VII e no site do CISPAR.
- 1.2.6. **O licitante que não respeitar em sua planilha de custos os valores dos salários base, insalubridade e o valor do vale alimentação estipulado no Edital, será DESCLASSIFICADO.**
- 1.2.7. O licitante que apresentar erros sanáveis ou de digitação em sua planilha de custos, será convidado a atualizar a planilha desde que não altere o valor negociado, no prazo de 2 (duas) horas para o envio, de cada solicitação, feita pela comissão de licitação.
- 1.2.8. **A inobservância dos parâmetros mínimos de salário-base, benefícios e adicionais fixados pela Administração não será considerada erro sanável da planilha de custos.**
- 1.2.9. Serão desclassificadas as propostas que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;
- 1.2.10. A planilha **DEVERÁ** seguir o modelo em anexo e disponibilizado pelo CISPAR, independente do



REGIME TRIBUTARIO DA EMPRESA.

- 1.2.11.** Os postos de trabalho acima integram uma única solução de prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, conforme as atribuições, requisitos mínimos e condições de execução estabelecidos neste Termo de Referência.
- 1.2.12.** A descrição detalhada das atribuições de cada posto, bem como seus requisitos mínimos e vedações, consta em item específico deste Termo de Referência.
- 1.2.13.** A contratação abrange exclusivamente atividades de natureza auxiliar, instrumental, acessória e complementar, não compreendendo atribuições finalísticas, decisórias, atos privativos de cargos efetivos ou de profissionais legalmente habilitados, quando exigidos por lei. Essa delimitação decorre da própria modelagem fixada no ETP.
- 1.2.14.** As especificações técnicas descritas neste Termo de Referência constituem requisitos mínimos obrigatórios. Propostas que não atendam integralmente às exigências aqui previstas serão desclassificadas.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2.** Em síntese, a presente contratação decorre da necessidade de assegurar suporte contínuo às rotinas administrativas e operacionais do CISPAR, evitando a sobrecarga do quadro próprio e possibilitando melhor alocação dos servidores e empregados públicos em suas atribuições institucionais, considerando:
- 2.3.** insuficiência de pessoal próprio para execução de atividades auxiliares;
- 2.4.** necessidade de otimização da força de trabalho existente;
- 2.5.** manutenção da continuidade dos serviços públicos;
- 2.6.** aumento da demanda operacional decorrente das atividades institucionais.
- 2.7.** Os serviços pretendidos possuem natureza material, instrumental, acessória e complementar, sendo destinados ao apoio administrativo e operacional do Consórcio, sem transferência de atividades finalísticas, decisórias, típicas de Estado ou privativas de cargos efetivos e de profissionais legalmente habilitados, quando exigidos por lei.
- 2.8.** A contratação mostra-se necessária para garantir a continuidade administrativa, a regularidade das rotinas de apoio, a melhoria da eficiência operacional e a manutenção do adequado funcionamento da estrutura do CISPAR.
- 2.9.** A não contratação poderá acarretar:
- 2.10.** prejuízo à continuidade dos serviços;
- 2.11.** sobrecarga de servidores efetivos;
- 2.12.** redução da eficiência administrativa.

- 3.13.** A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da impossibilidade de definição prévia, com exatidão, do momento de ativação dos postos e dos quantitativos efetivamente necessários ao longo da futura contratação, considerando a natureza parcelada da demanda, a variação das necessidades administrativas e operacionais e a conveniência de conferir maior flexibilidade à Administração.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, mediante Sistema de Registro de Preços, para atendimento das necessidades do CISPAR.
- 3.2.** A solução abrange a disponibilização, gestão e supervisão de mão de obra terceirizada para execução de atividades auxiliares, materiais, operacionais, administrativas e logísticas, de acordo com os postos efetivamente contratados pela Administração
- 3.3.** A futura contratação deverá contemplar, entre outros aspectos:
- a) disponibilização de empregados devidamente contratados, treinados e supervisionados pela contratada;
 - b) designação formal de preposto responsável pela interlocução com a Administração;
 - c) substituição de empregados ausentes, afastados ou desligados, conforme critérios definidos no Edital e no instrumento contratual;
 - d) fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual, quando exigíveis em razão da natureza do posto;
 - e) observância integral da legislação trabalhista, previdenciária e das normas de saúde e segurança do trabalho;
 - f) cumprimento dos instrumentos coletivos efetivamente aplicáveis às categorias envolvidas;
 - g) fiscalização contratual pela Administração quanto à regularidade da execução e ao cumprimento das obrigações assumidas.
- 3.4.** A modelagem adotada busca assegurar a continuidade do suporte administrativo e operacional do CISPAR, sem transferência de funções finalísticas, decisórias, típicas de Estado ou privativas de cargos efetivos e de profissionais legalmente habilitados, quando exigidos por lei.

4. DOS POSTOS DE TRABALHO, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS MÍNIMOS

- 4.1.** A descrição dos postos abaixo tem por finalidade delimitar o escopo da futura contratação, evidenciando que as atividades a serem executadas não abrangem funções decisórias, atos típicos de Estado, atribuições finalísticas exclusivas, emissão de pareceres técnicos conclusivos, elaboração de laudos ou quaisquer atividades privativas de cargos efetivos ou de profissionais legalmente habilitados, quando exigidos por lei.
- 4.2. Posto de Trabalho de Serviços de Apoio Gerais de Limpeza (44 horas semanais)**

4.2.1. Descrição do posto: Execução de atividades de limpeza, conservação, higienização, organização e manutenção das condições adequadas de salubridade dos ambientes internos e externos utilizados pelo CISPAR, incluindo reposição de materiais de higiene e limpeza, coleta interna de resíduos e organização de espaços de uso comum.

4.2.2. Requisitos mínimos sugeridos:

- a) ensino fundamental completo;
- b) aptidão para execução de atividades de limpeza, conservação e apoio geral;
- c) observância das normas de segurança do trabalho aplicáveis.

4.3. Posto de Trabalho de Serviços de apoio e conservação laboratorial (44 horas semanais)

4.3.1. Descrição do posto: Apoio material e operacional às rotinas laboratoriais, compreendendo higienização de vidrarias, organização de materiais, preparo físico do ambiente, guarda e acondicionamento de insumos, apoio logístico interno, auxílio físico em atividades de campo e apoio logístico às equipes técnicas, e manutenção da ordem e limpeza dos espaços de apoio ao laboratório.

4.3.2. Vedação expressa: É vedada a execução de análises conclusivas, emissão de resultados, assinatura de laudos, interpretação técnica ou qualquer ato privativo de profissional legalmente habilitado.

4.3.3. Requisitos mínimos sugeridos:

- a) ensino médio completo;
- b) noções básicas de organização de ambiente laboratorial;
- c) treinamento interno ou orientação operacional a ser fornecida pela contratada, quando necessário.
- d) CNH cat. B.

4.4. Posto de Serviços de Apoio em Saneamento (44 horas semanais)

4.4.1. Descrição do posto: Apoio operacional externo e interno em atividades materiais relacionadas às ações do CISPAR, compreendendo transporte de materiais, organização de ferramentas e equipamentos, auxílio físico em atividades de campo e apoio logístico às equipes técnicas.

4.4.2. Vedação expressa: É vedada a execução de fiscalização finalística, vistoria conclusiva, emissão de parecer técnico, licenciamento, regulação ou quaisquer atividades privativas de engenheiros, técnicos especializados ou agentes públicos investidos em competência legal específica.

4.4.3. Requisitos mínimos sugeridos:

- a) ensino fundamental ou médio completo, conforme definição final da Administração;
- b) aptidão para atividades externas e apoio operacional;
- c) observância das normas de segurança aplicáveis ao posto.

d) CNH cat. B.

4.5. Posto de Trabalho de Serviços de apoio em operação – CNH Categoria D (44 horas semanais)

4.5.1. Descrição do posto: Execução de atividades operacionais e logísticas vinculadas ao manejo de resíduos sólidos, compreendendo a condução de caminhão destinado ao transporte de triturador e equipamentos correlatos, a operação do equipamento triturador após treinamento específico, bem como a carga, descarga, alimentação, preparação, organização, limpeza, desobstrução e acompanhamento do funcionamento do equipamento durante as rotinas externas e internas desenvolvidas pelo CISPAR.

O posto envolve atuação direta em atividades relacionadas à coleta, transporte, movimentação, triagem, processamento e destinação operacional de resíduos sólidos, inclusive resíduos urbanos, resíduos verdes, madeira, resíduos da construção civil, concreto, asfalto e demais materiais admitidos no escopo do equipamento, com apoio material e operacional às equipes envolvidas nas ações de campo.

O posto poderá envolver contato habitual com resíduos, materiais, superfícies, equipamentos e ambientes vinculados às atividades de coleta, transporte e processamento de resíduos sólidos, cabendo à contratada observar integralmente as normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis e os adicionais ocupacionais eventualmente incidentes, conforme caracterização técnica pertinente.

4.5.2. Vedação expressa: O posto não compreende responsabilidade técnica, direção operacional autônoma nem substituição de profissional cuja atuação dependa de habilitação específica exigida por lei.

4.5.3. Requisitos mínimos sugeridos:

- a) ensino médio completo;
- b) CNH categoria D;
- c) aptidão para atividades operacionais externas, condução de veículo e operação de equipamento;
- d) treinamento específico para operação segura do triturador e dos equipamentos utilizados na execução contratual;
- e) observância das normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis ao posto..

4.6. Serviços de suporte em comunicação (44 horas semanais)

4.6.1. Descrição do posto: Apoio às rotinas de comunicação e aos fluxos internos de informação, compreendendo atendimento inicial, recepção de demandas, organização de informações, suporte a comunicações operacionais, auxílio em e-mails, mensagens, registros e organização de arquivos, bem como, de forma complementar, apoio administrativo correlato, com alimentação de planilhas e movimentação de rotina externa, inclusive recebimento e envio de materiais e documentos..

4.6.2. Vedação expressa: O posto não compreende função decisória, chefia, assessoramento, manifestação administrativa conclusiva, representação institucional formal ou atos privativos

de agentes públicos.

4.6.3. Requisitos mínimos sugeridos:

- a) ensino médio completo;
- b) conhecimentos básicos de informática, e-mail, planilhas e organização documental;
- c) boa comunicação escrita e verbal para atendimento operacional.
- d) CNH cat. B.

4.7. Jornada dos postos

- 4.7.1.** A jornada dos postos será definida conforme a necessidade administrativa do CISPAR (44 horas semanais), observada a legislação aplicável, a categoria profissional efetivamente indicada pela licitante e o instrumento coletivo pertinente.
- 4.7.2.** Caso a convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa aplicável estabeleça limite de jornada inferior ao referencial inicialmente adotado pela Administração, deverá prevalecer a jornada prevista no respectivo instrumento coletivo, desde que compatível com a categoria profissional informada e com a base territorial da execução dos serviços.
- 4.7.3.** A definição final da jornada de cada posto constará do Edital, da planilha de custos, da proposta vencedora e dos instrumentos contratuais decorrentes.

4.8. Enquadramento sindical e instrumentos coletivos

- 4.8.1.** A Administração manterá postura de imparcialidade quanto à escolha do sindicato e do instrumento coletivo aplicável, cabendo à licitante comprovar:
 - a) sua atividade econômica preponderante;
 - b) o sindicato patronal correspondente;
 - c) o sindicato profissional correspondente;
 - d) a convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa aplicável;
 - e) a respectiva base territorial compatível com o local da execução dos serviços.
- 4.8.2.** A licitante deverá demonstrar que o enquadramento sindical adotado guarda pertinência com as atividades efetivamente desempenhadas pelos profissionais que serão alocados na execução contratual.
- 4.8.3.** Não serão aceitos instrumentos coletivos sem pertinência com as categorias envolvidas ou cuja abrangência territorial não compreenda o local da execução contratual.
- 4.8.4.** A responsabilidade pelas informações prestadas, bem como pelos efeitos trabalhistas, previdenciários e econômicos decorrentes do enquadramento sindical adotado, será exclusivamente da licitante/contratada.

4.9. Composição remuneratória mínima de referência

- 4.9.1.** A licitante deverá observar o enquadramento sindical aplicável, o instrumento coletivo pertinente e a base territorial da execução dos serviços.

- 4.9.2.** Sem prejuízo da observância ao instrumento coletivo efetivamente aplicável, o CISPAR poderá estabelecer valores mínimos remuneratórios de referência para determinados postos, desde que haja justificativa técnica expressa no processo de contratação.
- 4.9.3.** Quando houver previsão expressa desse parâmetro, a proposta não poderá considerar salário-base inferior ao valor mínimo definido pela Administração para o respectivo posto, sem prejuízo da observância aos demais direitos trabalhistas legal e convencionalmente assegurados.
- 4.10. Limites materiais da atuação dos empregados terceirizados**
- 4.10.1** Os empregados da futura contratada atuarão exclusivamente na execução de atividades materiais, instrumentais, acessórias, complementares e de apoio administrativo e operacional, estritamente vinculadas ao escopo contratual e às atribuições objetivamente descritas para cada posto de trabalho.
- 4.10.2** É vedado, em qualquer hipótese, que os empregados terceirizados exerçam, ainda que de forma acessória, eventual, compartilhada ou sob supervisão de terceiros:
- a) atividades finalísticas inerentes ao núcleo institucional do CISPAR;
 - b) atividades decisórias, que envolvam manifestação de vontade da Administração, deliberação, aprovação, autorização, homologação, julgamento, decisão administrativa ou prática de ato administrativo conclusivo;
 - c) atividades regulatórias ou relacionadas ao exercício de competência normativa, reguladora ou ordenadora da Administração;
 - d) atividades fiscalizatórias conclusivas, inclusive inspeção, vistoria, autuação, certificação, validação final, lavratura de atos, relatórios conclusivos ou quaisquer manifestações que importem conclusão oficial da Administração;
 - e) emissão, assinatura ou subscrição de pareceres, laudos, relatórios técnicos conclusivos, manifestações técnicas vinculantes, certificados, atestados ou documentos que dependam de competência institucional ou habilitação legal específica;
 - f) prática de atos de poder de polícia, inclusive fiscalização sancionatória, autuação, interdição, embargo, apreensão, notificação coercitiva ou qualquer medida restritiva típica de autoridade pública;
 - g) exercício de atribuições privativas de servidores públicos, empregados públicos, agentes públicos investidos em competência legal específica ou profissionais legalmente habilitados, quando a legislação exigir habilitação técnica, inscrição em conselho profissional, responsabilidade técnica ou competência funcional própria.
- 4.10.3.** A atuação dos terceirizados deverá permanecer limitada às rotinas operacionais de apoio descritas no Termo de Referência, sem substituição de agentes públicos, sem assunção de competências institucionais do CISPAR e sem execução de atividades

que dependam de juízo técnico conclusivo, poder decisório ou responsabilidade técnica legalmente reservada.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Prazo, local e condições de execução

- 5.1.1.** Os serviços serão prestados, em regra, nas dependências do CISPAR, situadas na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martines, nº 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, Maringá/PR, bem como em outros locais vinculados às atividades institucionais do Consórcio, quando a natureza do posto assim exigir.
- 5.1.2.** A execução ocorrerá em regime contínuo, mediante formalização dos instrumentos decorrentes da ata de registro de preços, de acordo com a necessidade administrativa do CISPAR.
- 5.1.3.** Os horários de prestação dos serviços observarão a rotina administrativa e operacional do CISPAR, respeitada a jornada legal e a norma coletiva efetivamente aplicável a cada categoria profissional.

5.2. Regime de dedicação exclusiva

- 5.2.1.** Os serviços serão prestados com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, cabendo exclusivamente à contratada a alocação, gestão, orientação e supervisão de seus empregados.
- 5.2.2.** É vedada a subordinação direta dos empregados terceirizados aos servidores ou gestores do CISPAR, devendo a fiscalização da Administração limitar-se ao acompanhamento da execução contratual, do cumprimento das obrigações assumidas e da qualidade dos serviços prestados.

5.3. Preposto

- 5.3.1.** A contratada deverá designar formalmente preposto responsável pela interlocução com a Administração, acompanhamento da execução dos serviços, recebimento de notificações, coordenação das substituições e adoção das providências necessárias ao cumprimento do contrato.
- 5.3.2.** O preposto deverá possuir capacidade de resposta compatível com a execução contratual e manter contato regular com a fiscalização.
- 5.3.3.** A contratada deverá informar formalmente, até o início da execução contratual, os responsáveis pelos seguintes canais de interlocução, com nome completo, função, telefone e e-mail atualizados:
 - 5.3.3.1.** responsável pela gestão contratual da empresa, para tratativas administrativas gerais relacionadas à execução do contrato;
 - 5.3.3.2.** responsável pelo atendimento de assuntos de recursos humanos, inclusive benefícios, salários, frequência, afastamentos e demais rotinas trabalhistas dos empregados alocados;

- 5.3.3.3.** responsável pelos procedimentos de admissão, substituição e desligamento de empregados vinculados à execução contratual.
- 5.3.4.** A contratada deverá manter os contatos acima permanentemente atualizados durante toda a vigência da contratação, comunicando formalmente ao CISPAR qualquer alteração no prazo máximo de 2 dias úteis.
- 5.3.5.** A ausência de indicação dos responsáveis previstos neste item, bem como a desatualização dos respectivos canais de contato, poderá caracterizar falha na execução contratual, sujeitando a contratada às medidas administrativas cabíveis.

5.4. Substituição de empregados

- 5.4.1.** A contratada deverá promover a substituição de empregados ausentes, afastados, desligados, em férias, licença ou considerados inadequados à execução dos serviços, conforme os critérios e prazos definidos no instrumento contratual, observada a criticidade de cada posto.
- 5.4.2.** A Administração poderá solicitar substituição quando verificar conduta inadequada, insuficiência técnica, descumprimento contratual ou incompatibilidade com as atividades a serem executadas, devidamente motivada.

5.5. Uniformes, EPIs e insumos

- 5.5.1.** Caberá à contratada fornecer, sem ônus para a Administração, uniformes, equipamentos de proteção individual e demais insumos necessários à adequada execução dos serviços, quando exigíveis em razão da natureza do posto e das condições de trabalho.
- 5.5.2.** Os EPIs deverão observar as exigências legais e regulamentares pertinentes.

5.6. Controle de frequência e relatórios

- 5.6.1.** A contratada deverá manter controle de frequência dos empregados alocados na execução contratual e apresentar, sempre que exigido pela fiscalização, a documentação comprobatória pertinente.
- 5.6.2.** Poderá ser exigida a apresentação de relatório mensal contendo, no mínimo:
 - a) relação dos empregados alocados por posto;
 - b) registro de faltas, substituições e intercorrências relevantes;
 - c) informações sobre inconformidades e medidas corretivas adotadas;
 - d) demais elementos necessários à fiscalização contratual.

5.7. Transição contratual

- 5.7.1.** Antes do início da execução, a contratada deverá apresentar plano de inserção e transição operacional, quando necessário, especialmente em razão da existência de contratos correlatos vigentes, de modo a evitar descontinuidade dos serviços e sobreposição indevida de objetos, que deverá conter no mínimo:

- a) Plano de início das atividades;
- b) Cronograma de alocação de equipe;
- c) Estratégia de substituição inicial;
- d) Checklist de implantação.

- 5.8.** Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços prestados, diretamente, podendo para isso: solicitar a imediata retirada do local, bem ainda, a(s) substituição(ões) do(s) empregado(s) da CONTRATADA: que estiver(em) sem uniforme ou identificação; que embarçar(em) ou dificultar(em) a fiscalização dos serviços; ou cuja permanência na área, a exclusivo critério do CONTRATANTE, julgar inconveniente; examinar as carteiras profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional e valor do salário, ou ainda, que não atendam às necessidades dos serviços.
- 5.9.** A CONTRATADA deverá manter rigoroso controle de frequência de seus empregados nos postos de trabalho, podendo para tanto instalar relógio de ponto eletrônico ou sistema eletrônico para registro de frequência em local indicado pela contratante ou ainda utilizar-se do controle de frequência adotado pelo Consórcio.
- 5.10** CONTRATADA deverá responsabilizar-se por quaisquer obrigações trabalhistas dos funcionários que prestam serviços no Consórcio Cispar.
- 5.11** Dadas às exigências do e-Social, a CONTRATADA deverá apresentar anualmente o Cartão de vacina com as vacinas padrões de: tétano, febre amarela, hepatite B dos funcionários terceirizados, bem como certificados de capacitação e treinamento nas NR 06, NR 07, NR 23, NR 26 e NR 32.
- 5.12** Nas cláusulas de saúde e segurança é de responsabilidade da CONTRATADA caso haja algum acidente de trabalho nas dependências da CONTRATANTE, a responsabilidade por investigar o acidente, abrir e registrar a CAT é da CONTRATADA e deve ser feito em até 24 horas do ocorrido ou de imediato em caso de óbito.
- 5.13** A CONTRATADA deverá substituir definitivamente, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer profissional no posto de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público. Fica vedado o retorno dos empregados substituídos às dependências do CONTRATANTE, para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais.
- 5.14** A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando forem verificadas condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução deste contrato.
- 5.15** Manter efetivo de pessoal previsto para execução dos serviços, sem interrupção e independentemente de quais quer motivos, tais como férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o Consorcio Cispar, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa as despesas com todos os encargos

e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

- 5.16** Pagar, até o 5º(quinto) dia útil do mês subsequente ao vencimento, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação, apresentando à administração, sempre que solicitado, os respectivos comprovantes;
- 5.17** O atraso no pagamento de fatura por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares;
- 5.18** Pagar, quando devido, adicional de insalubridade a seus empregados;
- 5.19** Fornecer, a cada empregado, conforme os prazos estabelecidos na respectiva Convenção Coletiva que rege a matéria, quando previsto, o devido quantitativo de vale-refeição e/ou alimentação suficiente para cada mês, atualizados de acordo com o percentual do dissídio coletivo da categoria, bem como vale-transporte, também no quantitativo necessário, para que cada empregado se desloque no percurso residência/trabalho, e vice-versa, durante todo o mês.
- 5.20** Será vedada à empresa, sob pena de rescisão contratual, caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- 5.21** Fornecer outros materiais necessários e/ou repor o estoque, caso estese já reduzido em razão da variação do consumo;
- 5.22** Fornecer à Administração, previamente à contratação, as planilhas de custo e formação de preços a que se referem os Anexos deste Termo. As referidas planilhas deverão refletir, respectivamente, o preço mensal dos serviços, de forma que o somatório destas planilhas corresponda ao valor global mensal ofertado na sessão de pregão pela Contratada;
- 5.23** Responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pelas despesas de instalações, testes, seguros, laudos, encargos sociais e legais, honorários, multas, obrigações trabalhista, fiscal, previdenciária, comercial e civil, pagamentos, vestimenta, treinamento, segurança e assistência médico-hospitalar dos trabalhadores envolvidos nas atividades contratadas, bem como, por todos os dispêndios, judiciais ou extrajudiciais, salários, seguros de acidentes, tributos, impostos, indenizações, vales- refeições, vales-transportes e outras despesas que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo incidentes sobre a prestação dos serviços;
- 5.24** A contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista e as normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis aos postos contratados, responsabilizando-se pela adoção das medidas de prevenção, fornecimento de EPIs, realização dos exames ocupacionais, treinamentos obrigatórios, emissão de CAT quando cabível e manutenção da documentação pertinente, a ser apresentada à Administração sempre que exigida para fins de fiscalização contratual.

6. DA VISITA TÉCNICA

- 6.1.**A visita técnica poderá ser facultativa, desde que a licitante apresente declaração formal de pleno conhecimento das condições inerentes à execução dos serviços, assumindo integral responsabilidade pela formulação da proposta e pela execução do objeto.
- 6.2.**Caso a Administração entenda necessária a vistoria em razão das peculiaridades do objeto, poderá exigir:

- a) termo de realização de vistoria assinado pelo servidor responsável; ou
- b) termo de renúncia à vistoria, atestando ciência plena das condições da contratação.

6.3.A ausência de vistoria não eximirá a licitante da responsabilidade pelos ônus decorrentes de sua proposta.

7. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 7.1. Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 7.2. A comprovação deverá demonstrar experiência em prestação de serviços terceirizados compatíveis com apoio administrativo e/ou operacional, com cessão de mão de obra, em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação.
- 7.3. Poderão ser exigidos, ainda:
- a) declaração de disponibilidade de estrutura operacional apta à execução do objeto;
 - b) declaração de que a licitante possui condições de disponibilizar os postos de trabalho conforme acionamento da Administração;
 - c) declaração de enquadramento sindical e indicação dos instrumentos coletivos aplicáveis às categorias envolvidas;
 - d) declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, normas infralegais e instrumentos coletivos vigentes na data de sua apresentação.
- 7.4. A exigência de habilitação técnica deverá observar os princípios da razoabilidade e da competitividade, vedadas exigências excessivas ou sem pertinência com o objeto.

8. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 8.1.O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, mediante verificação da execução dos serviços, da ocupação dos postos efetivamente contratados e da regularidade documental exigida para a fase de medição.
- 8.2.O recebimento definitivo caberá ao gestor do contrato, após a verificação da conformidade da execução com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.
- 8.3.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta ou no contrato, devendo ser corrigidos ou reexecutados pela contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.4.O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução contratual.

9. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

- 9.1. A seleção do fornecedor será realizada pelo critério de julgamento definido no Edital.
- 9.2. Considerando a natureza integrada da solução, a centralização da responsabilidade pela gestão da mão de obra e a necessidade de uniformidade na execução dos serviços, recomenda-se a adoção de critério de julgamento que favoreça a contratação de uma única empresa para o gerenciamento global dos postos efetivamente contratados.
- 9.3. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira serão as usuais para a generalidade do objeto, conforme disciplinado no Edital.
- 9.4. A contratada deverá:
- 9.5. cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- 9.6. manter sigilo das informações;
- 9.7. adotar medidas de segurança da informação;
- 9.8. não compartilhar dados sem autorização.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de gestor e fiscal designados;
- b) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- c) receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas;
- d) notificar a contratada, por escrito, sobre falhas, defeitos, irregularidades ou inconformidades verificadas na execução dos serviços;
- e) efetuar o pagamento devido, desde que cumpridas as exigências legais e contratuais;
- f) aplicar as penalidades cabíveis, quando for o caso;
- g) decidir expressamente sobre pedidos, solicitações e requerimentos relacionados à execução contratual, nos prazos legalmente cabíveis;
- h) disponibilizar as informações necessárias à adequada execução dos serviços, no âmbito de sua responsabilidade administrativa.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

- b) cumprir integralmente as obrigações previstas neste Termo de Referência, no Edital e no contrato;
- c) alocar empregados em quantidade suficiente e com perfil compatível com os postos efetivamente contratados;
- d) designar e manter preposto formalmente indicado;
- e) substituir empregados quando necessário, nos termos do contrato;
- f) responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;
- g) cumprir a legislação trabalhista, as normas de saúde e segurança do trabalho e os instrumentos coletivos aplicáveis;
- h) fornecer uniformes, EPIs e demais insumos necessários, quando exigíveis;
- i) apresentar a documentação periódica exigida para fins de fiscalização contratual;
- j) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os serviços executados em desconformidade;
- k) guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em razão da execução contratual;
- l) não permitir desvio de função, subordinação direta ou substituição indevida de servidores;
- m) observar as normas internas do CISPAR aplicáveis à execução do contrato;
- n) comunicar imediatamente à fiscalização qualquer fato relevante que possa comprometer a execução contratual;
- o) manter controle de frequência, substituições e regularidade dos empregados alocados.
- p) A contratada responde exclusivamente pelos encargos decorrentes da execução contratual, inexistindo vínculo empregatício com o CISPAR. O inadimplemento não transfere automaticamente à Administração a responsabilidade pelo pagamento, nem gera responsabilidade solidária, admitindo-se apenas responsabilização subsidiária, quando cabível e comprovada falha na fiscalização contratual.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. É vedada a subcontratação do objeto, em razão da necessidade de responsabilização direta da contratada pela gestão da mão de obra, pela supervisão dos postos e pelo cumprimento uniforme das obrigações contratuais, trabalhistas e previdenciárias.

13. DA VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS DECORRENTES

- 13.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos da legislação aplicável.

13.2. Os contratos decorrentes da ata, poderão ser realizados acréscimos ou supressões, desde que justificados e formalizados, nos termos da legislação vigente

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos serviços, do atesto da nota fiscal e da verificação da regularidade da execução contratual, mediante transferência bancária para a conta informada pela contratada.

14.2. A nota fiscal deverá estar acompanhada da documentação comprobatória exigida no Edital e no contrato, especialmente aquela relacionada à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando cabível, bem como dos documentos exigidos para fins de medição e fiscalização mensal da execução contratual.

14.3. A nota fiscal deverá conter, no mínimo:

- a) número do contrato ou do instrumento equivalente;
- b) número do processo administrativo;
- c) período de referência da prestação dos serviços;
- d) discriminação compatível com o objeto contratado;
- e) demais informações exigidas pela legislação aplicável e pela Administração.

14.4. Não será efetuado pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade, inadimplência contratual ou irregularidade documental que comprometa a regular execução contratual.

14.5. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições incidentes sobre os pagamentos efetuados, na forma da legislação vigente.

14.6. Documentação mínima para medição e pagamento

14.6.1. Para fins de medição e pagamento, a contratada deverá apresentar, além da nota fiscal, a documentação exigida no Edital e no contrato, podendo incluir, conforme o caso:

- a) relação nominal dos empregados vinculados à execução contratual no período de referência;
- b) registro de frequência dos empregados alocados;
- c) comprovantes de pagamento de salários e benefícios, quando exigidos;
- d) comprovantes de recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias, quando exigidos;
- e) certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária pertinentes;
- f) informação sobre faltas, substituições, afastamentos, férias e postos eventualmente não preenchidos no período;
- g) demais documentos necessários à comprovação da regular execução contratual.

- 14.7. A Administração poderá glosar valores correspondentes a postos não preenchidos, ausências não cobertas, falhas de execução ou outras inconformidades verificadas no período de referência, observados o contraditório e a ampla defesa.

15. DA ATUALIZAÇÃO, REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS

- 15.1. O preço registrado poderá ser atualizado, a pedido do FORNECEDOR, a cada 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, como índice de reajustamento dos custos de mercado, quando cabível.
- 15.2. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do FORNECEDOR ou por iniciativa do Consórcio, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os preços, desde que observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 15.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Consórcio convocará o FORNECEDOR para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.
- 15.4. O FORNECEDOR que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 15.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
- 15.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao FORNECEDOR requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.
- 15.7. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do FORNECEDOR, cabendo ao Consórcio a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 15.8. Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo Consórcio e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- 15.9. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o Consórcio poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo FORNECEDOR, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço compatível com o vigente no mercado, para preservação do equilíbrio econômico-financeiro.
- 15.10. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Consórcio, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 15.11. Não havendo êxito nas negociações, o Consórcio deverá adotar as medidas cabíveis para obtenção

da contratação mais vantajosa, observada a legislação aplicável.

- 15.12.** Nos contratos decorrentes da ata de registro de preços, os custos relativos à mão de obra poderão ser objeto de repactuação, mediante solicitação formal da contratada, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data-base do acordo, convenção coletiva, dissídio coletivo ou instrumento normativo equivalente ao qual a proposta estiver vinculada, relativamente a cada categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 15.13.** A repactuação deverá ser instruída com demonstração analítica da variação dos custos, acompanhada da planilha de custos e formação de preços atualizada e do instrumento coletivo vigente aplicável à categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 15.14.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observada a anualidade e a efetiva demonstração da variação dos componentes de custo.
- 15.15.** Para os custos decorrentes do mercado, quando cabível, aplicar-se-á o reajuste com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da licitação.
- 15.16.** O CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos que tratem de matérias não obrigatórias, estranhas à composição regular dos custos do contrato, ou que estabeleçam obrigações não previstas em lei.
- 15.17.** O Consórcio deverá responder ao pedido de repactuação de preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da solicitação formal devidamente instruída pelo FORNECEDOR, nos termos da legislação vigente.
- 15.18.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser respondido pelo Consórcio no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da solicitação formal devidamente instruída pelo FORNECEDOR, podendo este prazo ser prorrogado de forma justificada, uma única vez, por igual período.

16 DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1 Gestão do Contrato

16.1.1. A gestão do contrato ficará a cargo do servidor ARILDO APARECIDO DE CAMARGO, Diretor Administrativo e Operacional do CISPAR, indicado para acompanhar a execução contratual, adotar as medidas necessárias ao cumprimento do objeto e promover os encaminhamentos administrativos pertinentes.

a) Atribuições do Gestor do Contrato:

- I. acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato e as medidas adotadas no curso da execução contratual;
- II. coordenar o acompanhamento administrativo do contrato, zelando pelo cumprimento do objeto e das disposições contratuais;
- III. informar à autoridade competente sobre situações que ultrapassem sua competência;

- IV. convocar representantes da CONTRATADA, sempre que necessário, para reuniões ou esclarecimentos relacionados à execução contratual;
- V. adotar as providências necessárias à regular instrução de pedidos de reajuste, repactuação, revisão, prorrogação, aplicação de sanções e demais atos relacionados à gestão do contrato.

16.2 Fiscalização do Contrato

16.2.1. A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor JEFFERSON LAUER VALENDORF, indicado como fiscal para acompanhamento da contratação, cabendo-lhe monitorar o cumprimento das obrigações contratuais, verificar a regularidade da execução dos serviços e solicitar à CONTRATADA a correção de eventuais falhas ou irregularidades constatadas.

16.2.2. Verificadas falhas ou inconformidades na execução contratual, o fiscal deverá registrar a ocorrência e promover a devida comunicação à CONTRATADA, fixando prazo razoável para regularização, de acordo com a natureza da irregularidade, sem prejuízo da comunicação ao gestor do contrato e da adoção das medidas cabíveis.

a) Atribuições do Fiscal do Contrato:

- I. acompanhar a execução contratual para assegurar o cumprimento das condições estabelecidas e garantir os melhores resultados para a Administração;
- II. registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato em instrumento próprio, com descrição das medidas necessárias para regularização de faltas, falhas ou defeitos observados;
- III. emitir notificações à CONTRATADA para correção de irregularidades, com indicação de prazo para adequação;
- IV. informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisões ou providências que excedam sua competência;
- V. monitorar a qualidade dos serviços prestados, a regularidade dos postos de trabalho efetivamente contratados e o cumprimento das obrigações contratuais;
- VI. atestar, quando cabível, a execução dos serviços para fins de recebimento e pagamento, observadas as exigências contratuais e documentais aplicáveis.

16.3 Plano de Fiscalização

16.3.1. Após a formalização do contrato, poderá ser realizada reunião inicial com a CONTRATADA para apresentação do plano de fiscalização, contendo, entre outros aspectos, as obrigações contratuais, a forma de execução dos serviços, os mecanismos de acompanhamento, os documentos exigidos para medição e pagamento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento contratual.

16.4 Comunicações

16.4.1. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser formalizadas por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos, desde que possibilitem o registro, a rastreabilidade e a comprovação do seu recebimento.

17 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante, o adjudicatário ou a CONTRATADA será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observadas as disposições deste Termo de Referência, do Edital, do contrato e da legislação aplicável.

17.2. Constituem infrações administrativas, entre outras previstas em lei:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato, a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.3. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas

infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 17.7.** A sanção de multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais sanções previstas, observada a natureza e a gravidade da infração, a extensão do dano causado à Administração, as circunstâncias do caso concreto, a reincidência e a proporcionalidade, na forma estabelecida no Edital e no contrato.
- 17.8.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, a ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Edital.
- 17.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos causados à Administração;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.10.** A aplicação das sanções observará o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 17.11.** Caberá recurso e pedido de reconsideração na forma, prazo e condições previstos na Lei nº 14.133/2021, no Edital e no contrato.
- 17.12.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

18 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 18.1.** Será exigida garantia contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e conforme previsão do instrumento convocatório, em razão da natureza continuada do objeto, da cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e dos riscos inerentes ao inadimplemento de obrigações contratuais, trabalhistas e previdenciárias, bem como à eventual descontinuidade da execução dos serviços.
- 18.2.** A garantia contratual tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto ao pagamento de multas, à reparação de prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual e às demais hipóteses previstas no contrato e na legislação aplicável.
- 18.3.** A contratada deverá apresentar garantia correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor inicial do

contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

- I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, na forma da legislação aplicável;
- II – seguro-garantia;
- III – fiança bancária.

- 18.4.** A garantia deverá ser apresentada no prazo e nas condições estabelecidas no Edital e no instrumento contratual, como condição para a assinatura do contrato, quando exigido pela Administração.
- 18.5.** A garantia prestada responderá pelo fiel cumprimento das obrigações contratuais e será atualizada nas mesmas condições do contrato, quando cabível.
- 18.6.** Na hipótese de utilização total ou parcial da garantia para cobertura de prejuízos, multas ou outras obrigações da contratada, esta deverá promover sua recomposição no prazo fixado pela Administração, sob pena de adoção das medidas administrativas cabíveis.
- 18.7.** A garantia será liberada ou restituída após a extinção do contrato e a comprovação do adimplemento das obrigações assumidas, sem prejuízo das hipóteses legais de retenção ou execução.

19. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

- 19.1.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo ao CISPAR qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do procedimento licitatório.
- 19.2.** O presente Termo de Referência não importa necessariamente em contratação, podendo o CISPAR revogar a licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público devidamente comprovadas, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.
- 19.3.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.3.3.** ANEXO I – Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Execução dos Serviços, ou Termo de Renúncia à Vistoria, se aplicável;
 - 19.3.4.** ANEXO II – Modelo de Declaração de Enquadramento Sindical e Indicação do Instrumento Coletivo Aplicável;
 - 19.3.5.** ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
 - 19.3.6.** ANEXO IV – Minuta de Contrato.
 - 19.3.6.** ANEXO V – Nota Técnica Psicóloga

Maringá-PR, 03 de junho de 2026.

JULIANA SILVA
MELLO
SASSI:045052899
58

Assinado de forma
digital por JULIANA
SILVA MELLO
SASSI:04505289958

JULIANA SILVA MELLO SASSI
Comissão de Licitação



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

**ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES
INERENTES À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, OU TERMO DE RENÚNCIA À VISTORIA, SE
APLICÁVEL**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal ou preposto, Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, para todos os fins de direito, que possui pleno conhecimento das condições inerentes à execução dos serviços objeto da presente licitação, bem como das características, peculiaridades e exigências necessárias ao adequado cumprimento das obrigações contratuais.

Declara, ainda, que conhece as condições locais e operacionais relacionadas à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade pela formulação de sua proposta e pela execução dos serviços, não podendo alegar, futuramente, desconhecimento de fatos, condições, dificuldades ou peculiaridades existentes como fundamento para pleitear alteração dos preços propostos, revisão contratual ou descumprimento de obrigações assumidas.

Por fim, declara que, caso não tenha realizado vistoria prévia, renuncia expressamente a esse direito, por considerar suficientes as informações constantes do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos para a elaboração da proposta e para a execução do objeto.

Maringá/PR, *(dia)* de *(mês)* de *(ano)*

(Nome completo do responsável ou preposto)



**ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO SINDICAL E
INDICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO APLICÁVEL**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins, que:

1. sua atividade econômica preponderante é: _____
2. o sindicato patronal ao qual se vincula é: _____
3. para os postos de trabalho objeto da presente licitação, indica como sindicato(s) profissional(is) aplicável(is): _____
4. o(s) instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) para reger as categorias profissionais envolvidas na execução do objeto é(são): _____

(Convenção Coletiva de Trabalho / Acordo Coletivo de Trabalho / Sentença Normativa)

5. a data-base da(s) categoria(s) profissional(is) indicada(s) é: _____
6. a base territorial do(s) instrumento(s) coletivo(s) acima referido(s) abrange o local da prestação dos serviços, compreendendo o Município de Maringá/PR ou a respectiva região de execução contratual.
7. o enquadramento sindical e o instrumento coletivo indicados guardam pertinência com as atividades efetivamente desempenhadas pelos profissionais que serão alocados na execução do contrato, assumindo a empresa inteira responsabilidade pelas informações prestadas e pelos reflexos trabalhistas, previdenciários e econômicos decorrentes da opção adotada.
8. está ciente de que não serão aceitos instrumentos coletivos sem pertinência com as categorias profissionais envolvidas ou cuja base territorial não compreenda o local da execução dos serviços.
9. compromete-se a apresentar, quando exigido pela Administração, cópia do(s) instrumento(s) coletivo(s) indicado(s), bem como os documentos complementares necessários à verificação da compatibilidade do enquadramento sindical adotado.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Maringá/PR, ____ de _____ de ____.

Nome completo do representante legal
Assinatura



ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 04.823.494/0001-65, com sede na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martines, nº 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, Maringá/PR, neste ato representado por seu representante legal, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, doravante denominada **FORNECEDORA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico nº ____/2026, nos termos da Lei nº 14.133/2021, demais normas aplicáveis e conforme as cláusulas e condições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades do CISPAR, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

1.2. Integram esta Ata, para todos os fins e efeitos, o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026, o Termo de Referência, a proposta vencedora e os demais documentos que instruem o processo administrativo correspondente.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORNECEDORA REGISTRADA

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Representante legal: _____

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Ficam registrados os seguintes preços:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade estimada	Valor Unitário	Valor Total
1					
2					

3.2. Os preços registrados abrangem todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, inclusive mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, benefícios legais e convencionais, uniformes, EPIs, administração, lucro e demais despesas incidentes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos da legislação aplicável.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

5.1. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de serviço ou outro instrumento hábil admitido pela legislação, conforme a necessidade da Administração.

5.2. A existência de preços registrados não obriga o CISPAR a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência à FORNECEDORA registrada em igualdade de condições.

5.3. Os contratos decorrentes desta Ata terão vigência própria, definida no respectivo instrumento, podendo ultrapassar a vigência da Ata, desde que celebrados dentro de seu prazo de validade.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

6.1. Constituem obrigações da FORNECEDORA, além das demais previstas no Edital, no Termo de Referência e no contrato decorrente:

- a) manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- b) cumprir integralmente as obrigações assumidas;
- c) atender às convocações do CISPAR para formalização das contratações;
- d) executar o objeto conforme as especificações do Edital, do Termo de Referência e da proposta;
- e) responsabilizar-se integralmente pelos encargos decorrentes da execução contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CISPAR

7.1. Constituem obrigações do CISPAR:

- a) gerenciar a presente Ata de Registro de Preços;
- b) acompanhar e fiscalizar a execução das contratações dela decorrentes;
- c) efetuar o pagamento devido, nos termos estabelecidos no instrumento contratual;
- d) aplicar, quando cabível, as sanções previstas no Edital, nesta Ata e na legislação vigente.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ATUALIZAÇÃO, REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS

8.1. O preço registrado poderá ser atualizado, a pedido da FORNECEDORA, a cada 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, como índice de reajustamento dos custos de mercado, quando cabível.

8.2. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido da FORNECEDORA ou por iniciativa do CISPAR, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os preços, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o CISPAR convocará a FORNECEDORA para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

8.4. A FORNECEDORA que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a FORNECEDORA não puder cumprir a Ata, poderá requerer a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante dos preços praticados no mercado.

8.6. Nos contratos decorrentes da Ata, os custos relativos à mão de obra poderão ser objeto de repactuação, mediante solicitação formal da contratada, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano e a efetiva demonstração analítica da variação dos custos, na forma do Edital, do Termo de Referência e do contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O registro do preço da FORNECEDORA será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho, não assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior ao praticado no mercado;
- d) sofrer sanção prevista na legislação que a impeça de contratar com a Administração.

9.2. O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS LIMITES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1. A CONTRATADA executará os serviços exclusivamente por meio de atividades de apoio administrativo e operacional, nos estritos limites do objeto contratado e das atribuições definidas no Termo de Referência, sendo vedado empregar seus trabalhadores em atividades finalísticas do CONTRATANTE ou em funções de natureza decisória, regulatória, fiscalizatória conclusiva, sancionatória ou privativa de agentes públicos ou profissionais legalmente habilitados.

10.2 É vedado aos empregados da CONTRATADA, entre outras hipóteses:

- I – praticar atos administrativos conclusivos;
- II – emitir ou subscrever pareceres, laudos, relatórios técnicos conclusivos, certificados, atestados ou manifestações oficiais da Administração;
- III – exercer atividades de regulação, fiscalização conclusiva, autuação, embargo, interdição, apreensão ou quaisquer atos típicos de poder de polícia;
- IV – desempenhar atribuições privativas de servidores públicos, empregados públicos, agentes públicos investidos em competência legal específica ou profissionais legalmente habilitados, quando a legislação assim exigir.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

Constatada a utilização indevida de empregados terceirizados em desacordo com esta cláusula, a CONTRATADA deverá promover a imediata adequação da execução, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A FORNECEDORA ficará sujeita às infrações e sanções administrativas previstas no Edital, no Termo de Referência, nesta Ata e na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 .As condições gerais de execução, recebimento, pagamento, fiscalização, obrigações das partes, repactuação, reajuste, revisão de preços, penalidades e demais regras aplicáveis às contratações decorrentes desta Ata são as constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos instrumentos contratuais.

12.2 .Esta Ata não poderá ser utilizada por órgãos ou entidades não participantes sem a prévia análise e autorização do CISPAR, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Maringá/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da presente Ata, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata.

Maringá/PR, ____ de _____ de ____.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR
(assinatura)

FORNECEDORA
(assinatura)



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

ANEXO VI – MODELO DE MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR E A EMPRESA _____, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 04.823.494/0001-65, com sede na Rua Pioneiro Miguel Jordão Martines, nº 677, Parque Industrial Mário Bulhões da Fonseca, Maringá/PR, CEP 87.065-660, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Valter Luiz Bossa, doravante denominado CONTRATANTE; e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026, na Ata de Registro de Preços nº ____/2026, na proposta da CONTRATADA e nas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades do CISPAR, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro. Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos:

I – o Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 e seus anexos;

II – o Termo de Referência;

III – a Ata de Registro de Preços nº ____/2026;

IV – a proposta da CONTRATADA;

V – os demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº ____/2026.

Parágrafo Segundo. Os serviços serão executados de acordo com os postos de trabalho efetivamente contratados pelo CONTRATANTE, conforme as necessidades administrativas formalmente demandadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL

O valor total do presente contrato é de R\$ _____.

Parágrafo Primeiro. No valor contratual estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução do objeto, inclusive mão de obra, salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais,



benefícios legais e convencionais, uniformes, equipamentos de proteção individual, insumos, despesas administrativas, lucro e demais custos diretos e indiretos incidentes sobre a execução contratual.

Parágrafo Segundo. Os valores por posto de trabalho, quando houver, constam da proposta da CONTRATADA e da planilha de custos e formação de preços que integra a contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

As condições de execução do objeto constam no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nos demais anexos do processo licitatório.

Parágrafo Primeiro. A execução dos serviços ocorrerá, em regra, nas dependências do CISPAR, situadas em Maringá/PR, bem como em outros locais vinculados às atividades institucionais do CONTRATANTE, quando a natureza do posto assim exigir.

Parágrafo Segundo. Os serviços serão prestados com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, cabendo exclusivamente à CONTRATADA a alocação, gestão, supervisão e substituição de seus empregados.

Parágrafo Terceiro. É vedada a subordinação direta dos empregados terceirizados aos servidores do CONTRATANTE, devendo a fiscalização limitar-se ao acompanhamento da execução contratual e ao cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária:

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços e apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada, observadas as exigências legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro. A Nota Fiscal deverá conter, no mínimo:

- I – número do contrato;
- II – número do processo administrativo;
- III – período de referência da prestação dos serviços;
- IV – demais informações exigidas pela legislação aplicável.

Parágrafo Segundo. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regular execução dos serviços e da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA, quando exigível.

Parágrafo Terceiro. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições incidentes sobre os pagamentos efetuados, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Quarto. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade, inadimplência contratual ou irregularidade documental.

Parágrafo Quinto. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO, REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS



A atualização, reajuste, repactuação e revisão dos preços observarão as disposições constantes do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços, deste contrato e da legislação aplicável.

Parágrafo Primeiro. Os custos relativos à mão de obra poderão ser objeto de repactuação, mediante solicitação formal da CONTRATADA, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data-base do instrumento coletivo ao qual a proposta estiver vinculada, relativamente a cada categoria profissional abrangida.

Parágrafo Segundo. Os custos decorrentes do mercado poderão ser objeto de reajuste, na forma e pelo índice definidos nos instrumentos da contratação.

Parágrafo Terceiro. Poderá haver revisão dos preços em caso de fato superveniente que altere significativamente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será de ____ (_____) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que presentes os requisitos legais e demonstrada a vantajosidade para a Administração.

Parágrafo Único. A vigência contratual poderá ultrapassar a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que o presente contrato tenha sido formalizado dentro do prazo de validade da respectiva Ata.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de gestor e fiscal designados;
- b)** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- c)** proporcionar as condições necessárias à regular execução do contrato, no âmbito de sua responsabilidade administrativa;
- d)** receber o objeto na forma prevista nos instrumentos da contratação;
- e)** efetuar o pagamento na forma e nos prazos ajustados;
- f)** notificar a CONTRATADA sobre falhas, irregularidades ou inconformidades constatadas;
- g)** aplicar as sanções cabíveis, quando for o caso.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a)** executar o objeto em conformidade com o Edital, o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, este contrato e sua proposta;
- b)** manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- c)** designar e manter preposto responsável pela interlocução com o CONTRATANTE;
- d)** informar formalmente os responsáveis pela gestão contratual, pelos assuntos de recursos humanos e pelos procedimentos de admissão, substituição e desligamento de empregados vinculados à execução contratual;
- e)** alocar empregados em quantidade suficiente e com perfil compatível com os postos efetivamente contratados;
- f)** substituir empregados ausentes, afastados, desligados ou considerados inadequados à execução dos serviços;

- g)** responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;
- h)** cumprir a legislação trabalhista, as normas de saúde e segurança do trabalho e os instrumentos coletivos aplicáveis;
- i)** fornecer uniformes, EPIs e demais insumos necessários, quando exigíveis;
- j)** apresentar a documentação periódica exigida para fins de fiscalização;
- k)** comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer fato relevante que possa comprometer a execução contratual.

Parágrafo Terceiro. A CONTRATADA é integralmente responsável pelas relações de trabalho mantidas com seus empregados, inexistindo vínculo empregatício entre estes e o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão do contrato ficará a cargo do servidor ARILDO APARECIDO DE CAMARGO, Diretor Administrativo e Operacional do CISPAR. A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor JEFFERSON LAUER VALENDORF, nos termos definidos no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro. Compete ao gestor acompanhar administrativamente a execução contratual, adotar as providências necessárias ao cumprimento do objeto e promover os encaminhamentos pertinentes.

Parágrafo Segundo. Compete ao fiscal acompanhar a execução dos serviços, registrar ocorrências, verificar a conformidade do objeto, exigir correções quando necessárias e atestar a execução para fins de recebimento e pagamento.

Parágrafo Terceiro. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer falhas, vícios, defeitos ou irregularidades na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações e sanções administrativas aplicáveis à CONTRATADA observarão o disposto na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e neste contrato.

Parágrafo Primeiro. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Segundo. A aplicação de qualquer sanção observará o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

Parágrafo Terceiro. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do CISPAR, dentro dos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O presente Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e nas demais hipóteses previstas no Edital e nos instrumentos da contratação.

Parágrafo Único. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de extinção administrativa previstos na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em uma das modalidades admitidas pela legislação e pelo Edital.

Parágrafo Primeiro. A garantia tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto ao pagamento de multas, à reparação de prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual e às demais hipóteses previstas no contrato e na legislação aplicável.

Parágrafo Segundo. A garantia deverá ser apresentada no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, como condição para a assinatura do contrato, quando exigido pela Administração.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de utilização total ou parcial da garantia, a CONTRATADA deverá promover sua recomposição no prazo fixado pela Administração.

Parágrafo Quarto. A garantia será liberada ou restituída após a extinção do contrato e a comprovação do adimplemento das obrigações assumidas, sem prejuízo das hipóteses legais de retenção ou execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

As partes comprometem-se a observar a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018, no que couber à execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maringá/PR, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual.

Maringá/PR, XX de XXXXX de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026

Processo Administrativo Nº XX/2026

Pregão Eletrônico Nº XX/2026

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ –
CISPAR

CNPJ: 04.823.494/0001-65

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXX

CNPJ: XXXXXXXXXXXXX

OBJETO: Prestação de serviços continuados de apoio administrativo e operacional, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades do CISPAR, conforme condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no contrato.

VALOR: R\$ XXXXXXXX

VIGÊNCIA: XX/XX/2026.

Maringá - PR, XX de março de 2026.

Valter Luiz Bossa
Diretor Executivo - CISPAR
CNPJ: 04.823.494/0001-65



NOTA TÉCNICA

Assunto: Considerações sobre o Processo de Recrutamento e Seleção – Vagas Administrativas

A presente nota técnica é emitida por MARIA CAROLINA PIRES RIBEIRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.997.731/0001-94, com endereço na Avenida Londrina, nº 1768, Zona 08, CEP 87.050-730, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, prestadora de serviços ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ (CISPAR), no âmbito do processo administrativo nº 113/2024, referente à contratação direta por dispensa de licitação nº 041/2024.

Prezados,

No decorrer da execução do processo de recrutamento e seleção para as vagas administrativas atualmente em andamento, identifiquei dificuldades relevantes relacionadas à atração e retenção de candidatos aderentes ao perfil e às condições ofertadas.

Durante o processo seletivo, foram realizadas mais de 30 triagens curriculares e mais de 10 entrevistas individuais, com candidatos previamente alinhados quanto aos requisitos técnicos e comportamentais da função.

Entretanto, observou-se um índice elevado de desistências e recusas por parte dos candidatos, principalmente em razão da relação entre a remuneração ofertada e a localização da vaga, fator apontado de forma recorrente durante os contatos e entrevistas realizadas.

Inclusive, durante o processo seletivo, foi possível avançar até a etapa de proposta com um candidato aderente ao perfil da vaga. Contudo, o profissional optou por aceitar outra oportunidade de trabalho, considerando fatores relacionados à proximidade geográfica e melhor relação entre deslocamento e remuneração ofertada.

Tal situação reforça o cenário identificado ao longo do recrutamento, no qual localização e faixa salarial têm impactado diretamente na atratividade da vaga e na conversão final dos candidatos entrevistados.

Além disso, verificou-se que profissionais com experiência e qualificação compatíveis com a demanda do cargo possuem atualmente maior competitividade no mercado, o que impacta diretamente na atratividade da proposta apresentada.

Diante deste cenário, entende-se que a revisão da faixa remuneratória poderá contribuir significativamente para:

- ampliação do número de candidatos aderentes;
- aumento da competitividade da vaga no mercado;

MCPR



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

- redução do índice de recusas e desistências;
- maior agilidade no fechamento das posições em aberto.

Ressalto que todas as etapas do processo seletivo foram conduzidas de forma ativa e contínua, com ampla divulgação, triagens e entrevistas, buscando atender às necessidades da contratação dentro do perfil solicitado.

Sem mais para o momento, estou à disposição para quaisquer esclarecimentos complementares.

Atenciosamente,

Maria Carolina Pires Ribeiro

Psicóloga Organizacional & Carreira

CRP: 08/12607

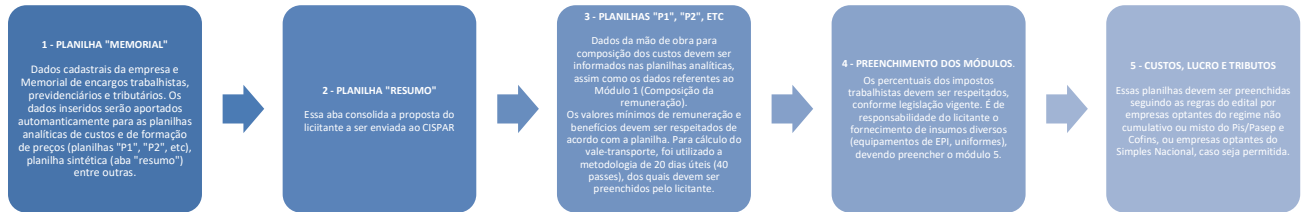
Maria Carolina Pires Ribeiro

ATENÇÃO, LICITANTE

ESTE ARQUIVO É UMA FERRAMENTA DE ORIENTAÇÃO PARA FACILITAR A FORMULAÇÃO DA PROPOSTA POR PARTE DA LICITANTE INTERESSADA. ELE FOI PARAMETRIZADO CONSIDERANDO O MANUAL DE PREENCHIMENTO DE PLANILHAS DE CUSTOS E DE FORMAÇÃO DE PREÇOS E AS CARACTERÍSTICAS PRÓPRIAS DESTA CONTRATAÇÃO.

É DEVER E RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA LICITANTE ASSEGURAR-SE DE QUE OS VALORES E CÁLCULOS INSERIDOS EM SUA PROPOSTA ESTEJAM CORRETOS.

RECOMENDAMOS QUE O PREENCHIMENTO SIGA O ROTEIRO ABAIXO



Essa planilha deve ser preenchida pela licitante. Os percentuais apontados devem ser justificados/comprovados conforme orientações do edital e neste arquivo. Os dados informados neste memorial serão lançados automaticamente nas demais planilhas

Planilha Analítica de Custos e Formação de Preços

Dados da mão de obra para composição dos custos devem ser informados nas planilhas analíticas, assim como os dados referentes ao Módulo 1 (Composição da remuneração). Algumas informações do Módulo 2 e 5 devem ser detalhadas na aba "Det - Mod. 2 e 5" - PLANILHA DE DETALHAMENTO DO CUSTO DE VALE-TRANSPORTE, VALE-ALIMENTAÇÃO, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS. A depender do enquadramento tributário, a licitante deverá preencher as planilhas "PisCofins" ou "SIMPLES".

Página 1

Planilha de Custos e de Formação de Preços

PROPONENTE: DADOS CADASTRAIS

Essa planilha deve ser preenchida pela licitante. Os percentuais aportados devem ser justificados/comprovados conforme orientações do edital e neste arquivo. Os dados informados neste memorial serão lançados automaticamente nas demais planilhas.

Os campos a serem preenchidos estão em AZUL			
CNPJ do estabelecimento responsável pelo faturamento dos serviços (MATRIZ ou FILIAL):	XXXXXXXXXXXXXX	CNPJ:	XXXXXXXXXXXXXX
Nome da Empresa (Razão Social):	XXXXX XXXXX XXXXX LTDA	Data de Proposta e Validade:	XXXX/XXXX - Validade: 180 dias
Endereço da Empresa:	Av. XXXXX, Rua XXX, CEP XXXXXXXXXX	Telefone(s):	(00) XXXX XXXX
Dados Bancários:	Banco XXX, Agência XXX-X, Conta-Corrente XXXXXXXXXX	Endereço eletrônico (e-mail):	xxxxxx@xxxx.com
Nome do Responsável:	XXXX XXXXX XXXX	CPF do Responsável	XXXX.XXXX.XXXX-XX

Planilha Analítica de Custos e Formação de Preços

PROPONENTE: MEMORIAL DE ENCARGOS TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

Dados da mão de obra para composição dos custos devem ser informados nas planilhas analíticas, assim como os dados referentes ao Módulo 1 (Composição da remuneração). Algumas informações do Módulo 2 e 5 devem ser detalhadas na aba "Det - Mod. 2 e 5" - PLANILHA DE DETALHAMENTO DO CUSTO DE VALE-TRANSPORTE, VALE-ALIMENTAÇÃO, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS. A depender do enquadramento tributário, a licitante deverá preencher as planilhas "PisCofins" ou "SIMPLES".

Os campos a serem preenchidos estão em AZUL					
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO					
3	Itens de Custos (Descrição)	%	Memorial de cálculo		
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	(0,05 x (1/12) x 100) = 0,42%		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	Rubrica com calculo automático, conforme Notas Explicativas.		
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	Valor deve corresponder percentual descrito no art. 5º, inciso II, da Instrução Normativa STJ/GGD n. 14/2020.		
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	(730) / 12 = 1,94%		
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	Rubrica com calculo automático, conforme Notas Explicativas.		
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,062%	Rubrica com calculo automático, conforme Notas Explicativas.		
Total da provisão para rescisão		6,61%			
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE					
4	Itens de Custos (Descrição)	%	Substituição em Dias	Planilhas Analíticas dos profissionais que possuem o provisionamento	Memorial de cálculo
A	Substituição durante férias	8,33%	30,00	Todos os postos	Caso o contrato preveja substituição do empregado em férias, para que o posto não fique descoberto a empresa deverá repor o profissional ausente por meio de profissional substituto ao qual deverá retribuir com a mesma remuneração do titular. No último período de vigência contratual, essa rubrica supre a necessidade do pagamento das férias remuneradas do titular em vez de suportar a cobertura de férias.
B	Substituição durante ausência por doença	1,39%	5,00	Todos os postos	((5/30)/12) x 100 = 1,39% - Estimativa de 5 (cinco) dias de licença por ano.
C	Substituição durante licença maternidade	0,14%	0,49	Todos os postos	0,1111 x 0,02461 x 0,5 x 100 = 0,02% - Custo Estimado com licença maternidade = Custo Efetivo de Afastamento Maternidade x Número Estimado de Ocorrências x Rateio do Custo durante um ano
D	Substituição durante licença paternidade	0,02%	0,08	Todos os postos	((1/30)/12) x 0,015 x 100 = 0,02% - Estimativa de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias da licença por ano.
E	Substituição durante ausências legais	0,28%	1,00	Todos os postos	((1/30)/12) x 100 = 0,28% - Estimativa de 1 (uma) ausência por ano.
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho	0,07%	0,23	Todos os postos	((30/30)/12) x 0,0078 x 100 = 0,07% - Estimativa de 1 (uma) licença de 30 (trinta) dias por ano para 0,78% (setenta e oito décimos por cento) dos empregados.
G	Substituição durante intervalo para repouso e alimentação	6,82%	24,55	Todos os postos	((1/220) x 1 x 15) x 100 = 6,82% - O valor desta substituição será 0 (zero) por definição. Caso necessário para a contratação, esse valor deverá ser devidamente aportado e adaptado a situação contratual. A planilha não autorizará o preenchimento do item f quando já houver indicação de custo do Módulo 1.f - Intervalo Inajornada. Ou seja, deve-se computar o custo adicional para o empregado (Módulo 1, item f) ou para o substituto (Submódulo 4.5, item f) quando houver necessidade de prestação de serviço durante o intervalo para repouso/alimentação.
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		17,04%	Total estimado de dias de reposição do titular: 61,35 dia(s).		
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS					
5	Itens de Custos (Descrição)	As informações do Módulo 5 são detalhadas na aba "Det - Mod. 2 e 5" - PLANILHA DE DETALHAMENTO DO CUSTO DE VALE-TRANSPORTE, VALE-ALIMENTAÇÃO, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS.			
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)				
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI				
C	Outros materiais não depreciáveis				
D	Materiais depreciáveis				

PROPOSTA DE PREÇOS

PLANILHA SINTÉTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores finais foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

Pregão Eletrônico CISPAP Nº:		Nº de meses de execução contratual: 12 meses	
Processo Nº		Data da Proposta e Validade: XX/XX/XXXX - Validade: 180 dias	
Nome da Empresa: XXXXX XXXXX XXXXX LTDA			
CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX			
CNPJ do estabelecimento responsável pelo faturamento dos serviços		XX.XXX.XXX/XXXX-XX	
Endereço da Empresa: Av. XXXXX, Rua XXX, CEP XXXXXXXXXX			
Telefone(s):	(XX) XXXX XXXX	Endereço eletrônico (e-mail):	xxxxxx@xxxx.com
Nome do Responsável:	XXXX XXXXX XXXX	CPF do Responsável	XXX.XXX.XXX-XX
Dados Bancários: Banco XXX, Agência XXXX-X, Conta-Corrente XXXXXXXXX			
<p>OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de apoio administrativo, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. O objeto contempla o atendimento das demandas das seguintes funções: Serviços gerais de limpeza e copa; Serviços de apoio e conservação laboratorial; Serviços de apoio em saneamento; Serviços de apoio em operação com CNH D; Serviços de suporte em comunicação.</p>			

ITEM 1 - Mão de obra com dedicação exclusiva	Jornada de Trabalho Semanal	Quantidade		Valor (R\$)			
		Postos de Trabalho	Profissionais por posto de Trabalho	Remuneração	Unitário	Mensal	Total Anual
Serviços gerais de limpeza	44h	1	4	2.524,20	5.945,28	23.781,12	285.373,44
Serviços de apoio e conservação laboratorial	44h	1	5	3.622,31	8.470,55	42.352,75	508.233,00
Serviços de apoio em saneamento	44h	1	5	4.545,79	10.313,63	51.568,15	618.817,80
Serviços de apoio em operação (CNH D)	44h	1	2	4.869,99	10.892,00	21.784,00	261.408,00
Serviços de suporte em comunicação	44h	1	4	3.298,11	9.167,71	36.670,84	440.050,08
Valor Total - Postos Fixos		5	20		44.789,17	176.156,86	2.113.882,32

Valor total: xxxx (por extenso).

No preço acima proposto, estão inclusos todos os custos necessários para a prestação dos serviços, objeto do Pregão em referência, como todas as despesas com a mão-de-obra a ser utilizada, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, e que influenciem na formação dos preços desta Proposta.

Prazo de validade de: xx (mínimo 180) dias, contados da data de abertura da licitação.

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA			
Dados da mão de obra para composição dos custos			
1	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX - Validade: 180 dias	
2	Unidade de Medida	Posto	
3	Quantidade da unidade de medida	1	
4	Quantidade de empregados por unidade de medida	4	
5	Nº de meses de execução contratual	12 meses	
6	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	2.200,00	
7	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
8	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
9	Número do registro do instrumento coletivo no sistema Mediador	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
10	Data base da categoria	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
Composição de custos			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	2.200,00
B	Adicional de insalubridade Base de Cálculo: Sal. Mín.: 1.621,00	20%	324,20
Total da remuneração			2.524,20
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS			
Submódulo 1 - 13º Salário e Adicional de Férias			
2.1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	27,02
B	Adicional de Férias	2,78%	9,01
C	Férias (custo não renovável)	0,00%	0,00
Total do 13º salário e adicional de férias			36,02
Submódulo 2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições			
2.2	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	512,04
B	SESI ou SESC	1,50%	38,40
C	SENAI ou SENAC	1,00%	25,60
D	INCRA	0,20%	5,12
E	Salário Educação	2,50%	64,01
F	FGTS	8,00%	204,82
G	GIIL/RAT (RAT Ajustado ou SAT) = RAT (3%) x FAP (1,0000)	3,00%	76,81
H	SEBRAE	0,60%	15,36
Total dos encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições			942,16
Submódulo 3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Itens de Custos (Descrição)	Valor (R\$)	
A	Vale-transporte	216,00	
B	Auxílio-alimentação	800,00	
C	Assistência Médica (conforme previsto na CCT e regras do edital)	0,00	
D	Assistência Odontológica (conforme previsto na CCT e regras do edital)	0,00	
E	Outros (conforme previsto na CCT e regras do edital)	0,00	
Total de benefícios mensais e diários			1.016,00
2	QUADRO RESUMO - ENCARGOS E BENEFÍCIOS	Valor (R\$)	
2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias	36,02	
2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições	942,16	
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	1.016,00	
Total dos Encargos e Benefícios			1.994,18
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	1,35
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,11
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	11,15
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	6,30
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	2,32
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	0,20
Total da provisão para rescisão			21,44

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA			
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Substituição durante férias	8,33%	210,35
B	Substituição durante ausência por doença	1,39%	35,06
C	Substituição durante licença maternidade	0,14%	3,45
D	Substituição durante licença paternidade	0,02%	0,53
E	Substituição durante ausências legais	0,28%	7,01
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho	0,07%	1,64
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		17,04%	430,14
I	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	3,29%	10,66
Subtotal antes da incidência do Submódulo 2.2		20,33%	440,80
J	Incidência do submódulo 2.2 sobre custo de reposição	7,48%	188,82
Total do custo de reposição do profissional ausente		27,81%	629,62
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Itens de Custos (Descrição)	Valor (R\$)	
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)	0,00	
B	Materiais depreciáveis (conforme memória de cálculo)	0,00	
Total Insumos Diversos		0,00	
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
6	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	3,00%	155,08
B	Lucro	2,00%	106,49
C	Tributos	8,65%	514,27
C.1	Tributos Federais	3,65%	217,00
C.1.1	Pis/Cofins: Regime Cumulativo	3,65%	217,00
	Pis Cumulativo	0,65%	38,64
	Cofins Cumulativo	3,00%	178,36
C.1.2	CPRB - Não optante	0,00%	0,00
C.2	Tributos Municipais (ISSQN) - Código do Serviço: 17.05	5,00%	297,26
Total dos custos indiretos e tributos		13,65%	775,84
QUADR-RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por profissional)			Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição Remuneração		2.524,20
2	Módulo 2 - Encargos e Benefícios		1.994,18
3	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		21,44
4	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		629,62
5	Módulo 5 - Insumos Diversos		0,00
Subtotal (A+B+C+D)			5.169,44
6	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		775,84
Valor mensal por profissional			5.945,28
Valor mensal por unidade de medida (Posto)			23.781,12

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SERVIÇOS DE APOIO E CONSERVAÇÃO LABORATORIAL			
Dados da mão de obra para composição dos custos			
1	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX - Validade: 180 dias	
2	Unidade de Medida	Posto	
3	Quantidade da unidade de medida	1	
4	Quantidade de empregados por unidade de medida	5	
5	Nº de meses de execução contratual	12 meses	
6	Piso da Categoria Profissional (Resolução CISPAP)	3.298,11	
7	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
8	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
9	Número do registro do instrumento coletivo no sistema Mediador	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
10	Data base da categoria	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
Composição de custos			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	3.298,11
B	Adicional de Insalubridade Base de Cálculo: Sal. Mín.: 1.621,00	20%	324,20
Total da remuneração			3.622,31
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS			
Submódulo 1 - 13º Salário e Adicional de Férias			
2.1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	301,86
B	Adicional de Férias	2,78%	100,62
C	Férias (custo não renovável)	0,00%	0,00
Total do 13º salário e adicional de férias			402,48
Submódulo 2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições			
2.2	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	804,96
B	SESI ou SESC	1,50%	60,37
C	SENAI ou SENAC	1,00%	40,25
D	INCRA	0,20%	8,05
E	Salário Educação	2,50%	100,62
F	FGTS	8,00%	321,98
G	GIIL/RAT (RAT Ajustado ou SAT) = RAT (3%) x FAP (1,0000)	3,00%	120,74
H	SEBRAE	0,60%	24,15
Total dos encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições			1.481,12
Submódulo 3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Itens de Custos (Descrição)	Valor (R\$)	
A	Vale-transporte	216,00	
B	Auxílio-alimentação	800,00	
C	Assistência Médica (conforme previsto na CCT e regras do edital)		
D	Assistência Odontológica (conforme previsto na CCT e regras do edital)	0,00	
E	Outros (conforme previsto na CCT e regras do edital)	0,00	
Total de benefícios mensais e diários			1.016,00
2	QUADRO RESUMO - ENCARGOS E BENEFÍCIOS	Valor (R\$)	
2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias	402,48	
2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições	1.481,12	
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	1.016,00	
Total dos Encargos e Benefícios			2.899,60
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	15,09
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	124,61
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	70,43
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	25,92
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	2,25
Total da provisão para rescisão			239,52

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SERVIÇOS DE APOIO E CONSERVAÇÃO LABORATORIAL			
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Substituição durante férias	8,33%	301,86
B	Substituição durante ausência por doença	1,39%	50,31
C	Substituição durante licença maternidade	0,14%	4,95
D	Substituição durante licença paternidade	0,02%	0,75
E	Substituição durante ausências legais	0,28%	10,06
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho	0,07%	2,35
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		10,22%	370,29
I	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	1,96%	71,04
Subtotal antes da incidência do Submódulo 2.2		12,18%	441,33
J	Incidência do submódulo 2.2 sobre custo de reposição	4,48%	162,41
Total do custo de reposição do profissional ausente		16,67%	603,74
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Itens de Custos (Descrição)	Valor (R\$)	
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)	0,00	
B	Materiais depreciables (conforme memória de cálculo)	0,00	
Total Insumos Diversos		0,00	
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
6	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	3,00%	220,95
B	Lucro	2,00%	151,72
C	Tributos	8,65%	732,70
C.1	Tributos Federais	3,65%	309,18
C.1.1	Pis/Cofins: Regime Cumulativo	3,65%	309,18
	Pis Cumulativo	0,65%	55,06
	Cofins Cumulativo	3,00%	254,12
C.1.2	CPRB - Não optante	0,00%	0,00
C.2	Tributos Municipais (ISSQN) - Código do Serviço: 17.05	5,00%	423,53
Total dos custos indiretos e tributos		13,65%	1.105,38
QUADR-RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por profissional)			Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição Remuneração		3.622,31
2	Módulo 2 - Encargos e Benefícios		2.899,60
3	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		239,52
4	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		603,74
5	Módulo 5 - Insumos Diversos		0,00
Subtotal (A+B+C+D)			7.365,17
6	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.105,38
Valor mensal por profissional			8.470,55
Valor mensal por unidade de medida (Posto)			42.352,75

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SERVIÇOS DE APOIO EM SANEAMENTO			
Dados da mão de obra para composição dos custos			
1	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX - Validade: 180 dias	
2	Unidade de Medida	Posto	
3	Quantidade da unidade de medida	1	
4	Quantidade de empregados por unidade de medida	5	
5	Nº de meses de execução contratual	12 meses	
6	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	4.221,59	
7	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
8	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
9	Número do registro do instrumento coletivo no sistema Mediador	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
10	Data base da categoria	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
Composição de custos			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	4.221,59
B	Adicional de Insalubridade Base de Cálculo: Sal. Mín.: 1.621,00	20%	324,20
Total da remuneração			4.545,79
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS			
Submódulo 1 - 13º Salário e Adicional de Férias			
2.1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	378,82
B	Adicional de Férias	2,78%	126,27
C	Férias (custo não renovável)	0,00%	0,00
Total do 13º salário e adicional de férias			505,09
Submódulo 2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições			
2.2	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	1.010,18
B	SESI ou SESC	1,50%	75,76
C	SENAI ou SENAC	1,00%	50,51
D	INCRA	0,20%	10,10
E	Salário Educação	2,50%	126,27
F	FGTS	8,00%	404,07
G	GIIL/RAT (RAT Ajustado ou SAT) = RAT (3%) x FAP (1,0000)	3,00%	151,53
H	SEBRAE	0,60%	30,31
Total dos encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições			1.858,72
Submódulo 3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)
A	Vale-transporte		216,00
B	Auxílio-alimentação		800,00
C	Assistência Médica (conforme previsto na CCT e regras do edital)		66,67
D	Assistência Odontológica (conforme previsto na CCT e regras do edital)		5,56
E	Outros (conforme previsto na CCT e regras do edital)		0,46
Total de benefícios mensais e diários			1.088,69
2	QUADRO RESUMO - ENCARGOS E BENEFÍCIOS		Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias		505,09
2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		1.858,72
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		1.088,69
Total dos Encargos e Benefícios			3.452,50
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	18,94
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	1,52
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	156,38
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	88,39
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	32,53
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	2,83
Total da provisão para rescisão			300,58

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SERVIÇOS DE APOIO EM SANEAMENTO			
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Substituição durante férias	8,33%	378,82
B	Substituição durante ausência por doença	1,39%	63,14
C	Substituição durante licença maternidade	0,14%	6,21
D	Substituição durante licença paternidade	0,02%	0,95
E	Substituição durante ausências legais	0,28%	12,63
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho	0,07%	2,95
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		10,22%	464,70
I	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	1,96%	89,15
Subtotal antes da incidência do Submódulo 2.2		12,18%	553,84
J	Incidência do submódulo 2.2 sobre custo de reposição	4,48%	203,81
Total do custo de reposição do profissional ausente		16,67%	757,66
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Itens de Custos (Descrição)	Valor (R\$)	
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)	0,00	
B	Materiais depreciaáveis (conforme memória de cálculo)	0,00	
Total Insumos Diversos		0,00	
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
6	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	3,00%	271,70
B	Lucro	1,00%	93,28
C	Tributos	8,65%	892,13
C.1	Tributos Federais	3,65%	376,45
C.1.1	Pis/Cofins: Regime Cumulativo	3,65%	376,45
	Pis Cumulativo	0,65%	67,04
	Cofins Cumulativo	3,00%	309,41
C.1.2	CPRB - Não optante	0,00%	0,00
C.2	Tributos Municipais (ISSQN) - Código do Serviço: 17.05	5,00%	515,68
Total dos custos indiretos e tributos		12,65%	1.257,11
QUADR-RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por profissional)			Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição Remuneração		4.545,79
2	Módulo 2 - Encargos e Benefícios		3.452,50
3	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		300,58
4	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		757,66
5	Módulo 5 - Insumos Diversos		0,00
Subtotal (A+B+C+D)			9.056,52
6	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.257,11
Valor mensal por profissional			10.313,63
Valor mensal por unidade de medida (Posto)			51.568,15

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SERVIÇOS DE APOIO EM OPERAÇÃO (CNH D)			
Dados da mão de obra para composição dos custos			
1	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX - Validade: 180 dias	
2	Unidade de Medida	Posto	
3	Quantidade da unidade de medida	1	
4	Quantidade de empregados por unidade de medida	2	
5	Nº de meses de execução contratual	12 meses	
6	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	4.221,59	
7	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
8	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
9	Número do registro do instrumento coletivo no sistema Mediador	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
10	Data base da categoria	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
Composição de custos			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	4.221,59
B	Adicional de Insalubridade Base de Cálculo: Sal. Mín.: 1.621,00	40%	648,40
Total da remuneração			4.869,99
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS			
Submódulo 1 - 13º Salário e Adicional de Férias			
2.1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	351,80
B	Adicional de Férias	2,78%	117,27
C	Férias (custo não renovável)	0,00%	0,00
Total do 13º salário e adicional de férias			469,07
Submódulo 2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições			
2.2	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	1.067,81
B	SESI ou SESC	1,50%	80,09
C	SENAI ou SENAC	1,00%	53,39
D	INCRA	0,20%	10,68
E	Salário Educação	2,50%	133,48
F	FGTS	8,00%	427,12
G	GIIL/RAT (RAT Ajustado ou SAT) = RAT (3%) x FAP (1,0000)	3,00%	160,17
H	SEBRAE	0,60%	32,03
Total dos encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições			1.964,77
Submódulo 3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)
A	Vale-transporte		216,00
B	Auxílio-alimentação		800,00
C	Assistência Médica (conforme previsto na CCT e regras do edital)		66,67
D	Assistência Odontológica (conforme previsto na CCT e regras do edital)		5,56
E	Outros (conforme previsto na CCT e regras do edital)		0,46
Total de benefícios mensais e diários			1.088,69
2	QUADRO RESUMO - ENCARGOS E BENEFÍCIOS		Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias		469,07
2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		1.964,77
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		1.088,69
Total dos Encargos e Benefícios			3.522,52
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	17,59
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	1,41
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	145,22
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	82,09
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	30,21
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	2,63
Total da provisão para rescisão			279,14

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SERVIÇOS DE APOIO EM OPERAÇÃO (CNH D)			
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Substituição durante férias	8,33%	405,83
B	Substituição durante ausência por doença	1,39%	67,64
C	Substituição durante licença maternidade	0,14%	6,66
D	Substituição durante licença paternidade	0,02%	1,01
E	Substituição durante ausências legais	0,28%	13,53
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho	0,07%	3,17
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		10,22%	497,84
I	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	1,96%	82,79
Subtotal antes da incidência do Submódulo 2.2		12,18%	580,63
J	Incidência do submódulo 2.2 sobre custo de reposição	4,48%	218,35
Total do custo de reposição do profissional ausente		16,67%	798,98
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Itens de Custos (Descrição)	Valor (R\$)	
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)	0,00	
B	Materiais depreciables (conforme memória de cálculo)	0,00	
Total Insumos Diversos		0,00	
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
6	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	3,00%	284,12
B	Lucro	2,00%	195,10
C	Tributos	8,65%	942,16
C.1	Tributos Federais	3,65%	397,56
C.1.1	Pis/Cofins: Regime Cumulativo	3,65%	397,56
	Pis Cumulativo	0,65%	70,80
	Cofins Cumulativo	3,00%	326,76
C.1.2	CPRB - Não optante	0,00%	0,00
C.2	Tributos Municipais (ISSQN) - Código do Serviço: 17.05	5,00%	544,60
Total dos custos indiretos e tributos		13,65%	1.421,37
QUADR-RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por profissional)			Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição Remuneração		4.869,99
2	Módulo 2 - Encargos e Benefícios		3.522,52
3	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		279,14
4	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		798,98
5	Módulo 5 - Insumos Diversos		0,00
Subtotal (A+B+C+D)			9.470,63
6	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.421,37
Valor mensal por profissional			10.892,00
Valor mensal por unidade de medida (Posto)			21.784,00

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SERVIÇOS DE SUPORTE EM COMUNICAÇÃO			
Dados da mão de obra para composição dos custos			
1	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	XX/XX/XXXX - Validade: 180 dias	
2	Unidade de Medida	Posto	
3	Quantidade da unidade de medida	1	
4	Quantidade de empregados por unidade de medida	4	
5	Nº de meses de execução contratual	12 meses	
6	Piso da Categoria Profissional (Salário Normativo da Categoria)	3.298,11	
7	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
8	Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
9	Número do registro do instrumento coletivo no sistema Mediador	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
10	Data base da categoria	PREENCHIMENTO PELA LICITANTE	
Composição de custos			
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	3.298,11
J	Outros (especificar)		0,00
Total da remuneração			3.298,11
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS			
Submódulo 1 - 13º Salário e Adicional de Férias			
2.1	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33%	274,84
B	Adicional de Férias	2,78%	91,61
C	Férias (custo não renovável)	0,00%	0,00
Total do 13º salário e adicional de férias			366,46
Submódulo 2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições			
2.2	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	732,91
B	SESI ou SESC	1,50%	54,97
C	SENAI ou SENAC	1,00%	36,65
D	INCRA	0,20%	7,33
E	Salário Educação	2,50%	91,61
F	FGTS	8,00%	293,17
G	GIIL/RAT (RAT Ajustado ou SAT) = RAT (3%) x FAP (1,0000)	3,00%	109,94
H	SEBRAE	0,60%	21,99
I	PIS sobre folha de pgto (Somente Entidade Sem Fins Lucrativos)	0,00%	0,00
Total dos encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições			1.348,56
Submódulo 3 - Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Itens de Custos (Descrição)		Valor (R\$)
A	Vale-transporte		216,00
B	Auxílio-alimentação		800,00
C	Assistência Médica (conforme previsto na CCT e regras do edital)		0,00
D	Assistência Odontológica (conforme previsto na CCT e regras do edital)		0,00
E	Outros (conforme previsto na CCT e regras do edital)		0,00
Total de benefícios mensais e diários			1.016,00
2	QUADRO RESUMO - ENCARGOS E BENEFÍCIOS		Valor (R\$)
2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de Férias		366,46
2.2	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários, FGTS e outras contribuições		1.348,56
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		1.016,00
Total dos Encargos e Benefícios			2.731,02
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	13,74
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	1,10
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	113,45
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	64,13
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	23,60
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	2,05
Total da provisão para rescisão			218,08

PLANILHA ANALÍTICA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os valores **finais** foram arredondados em 2 casas decimais, segundo a Norma ABNT NBR 5891.

TIPO DE SERVIÇO: SERVIÇOS DE SUPORTE EM COMUNICAÇÃO			
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Substituição durante férias	8,33%	274,84
B	Substituição durante ausência por doença	1,39%	45,81
C	Substituição durante licença maternidade	0,14%	4,51
D	Substituição durante licença paternidade	0,02%	0,69
E	Substituição durante ausências legais	0,28%	9,16
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho	0,07%	2,14
Subtotal antes da incidência de Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição		10,22%	337,15
I	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade)	1,96%	64,68
Subtotal antes de incidência do Submódulo 2.2		12,18%	401,83
J	Incidência do submódulo 2.2 sobre custo de reposição	4,48%	147,87
Total do custo de reposição do profissional ausente		16,67%	549,70
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Itens de Custos (Descrição)	Valor (R\$)	
A	Uniformes (conforme memória de cálculo)	0,00	
B	EQUIPAMENTOS DA CONTRATADA À DISPOSIÇÃO DO TCE-PR	1.174,44	
Total Insumos Diversos		1.174,44	
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
6	Itens de Custos (Descrição)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Administrativas)	3,00%	239,14
B	Lucro	2,00%	164,21
C	Tributos	8,65%	793,01
C.1	Tributos Federais	3,65%	334,62
C.1.1	Pis/Cofins: Regime Cumulativo	3,65%	334,62
	Pis Cumulativo	0,65%	59,59
	Cofins Cumulativo	3,00%	275,03
C.1.2	CPRB - Não optante	0,00%	0,00
C.2	Tributos Municipais (ISSQN) - Código do Serviço: 17.05	5,00%	458,39
Total dos custos indiretos e tributos		13,65%	1.196,36
QUADR-RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por profissional)			Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição Remuneração		3.298,11
2	Módulo 2 - Encargos e Benefícios		2.731,02
3	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		218,08
4	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		549,70
5	Módulo 5 - Insumos Diversos		1.174,44
Subtotal (A+B+C+D)			7.971,35
6	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.196,36
Valor mensal por profissional			9.167,71
Valor mensal por unidade de medida (Posto)			36.670,84

NOTAS EXPLICATIVAS

Módulo 1 - Composição da Remuneração		Memória de cálculo	Fundamento
A	Salário Base ⁽¹⁾		Artigo 457 e 458 da CLT.
B	Adicional de Insalubridade	Salário Mínimo ou Base estipulado em instrumento coletivo ⁽²⁾ x (10%, 20% ou 40%). Os percentuais estipulados pelo CISPAP levam em consideração os planos ocupacionais vigentes.	Regras do instrumento coletivo da categoria, se houver. Artigo 189 a 192 da CLT (10%, 20% ou 40%). NR 15 do MTE. Súmula nº. 139 do TST.

O módulo 1 deve ser pago inclusive no mês de férias do titular do posto, para fazer jus ao encargo realizado antecipadamente pela empresa pelo regime de caixa. Após o fim da vigência do contrato, as férias as serem idenizadas a título de custo do contrato será provisionado no item C do submódulo 2.1 ou no item A do módulo 4, conforme o caso (existir necessidade ou não de substituição no caso de férias).

⁽¹⁾ **Salário Base:** Salário mensal é composto de valores mínimos definidos pelo Cispap. De acordo com o TCU, a fixação de remuneração mínima no edital somente é cabível nos casos de terceirização de mão de obra com alocação de postos de trabalho. Importante ainda que, como a planilha de custos é baseada em empregados mensalistas, consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal no salário mensal nos termos do § 2º do art. 7º da Lei 605/1949.

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Memória de cálculo	Fundamento
A	13º Salário ⁽¹⁾	8,33%	((1/12) x 100) ≅ 8,33%	Art. 7º, VIII, CF/88. Decreto n. 57.155, de 3/11/1965
B	Adicional de Férias ⁽²⁾	2,78%	((1/3) x (1/12) x 100) ≅ 2,78%	Art. 7º, XVII, CF/88.
C	Férias (custo não renovável) ⁽³⁾	8,33%	((1/12) x 100) ≅ 8,33%	Art. 7º, XVII, CF/88.
Total do 13º salário, férias e adicional de férias		19,44%		

⁽¹⁾ 13º Salário - Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. O percentual dessa rubrica pode ser obtido pelo cálculo: ((1/12) x 100) = 8,33%.

⁽²⁾ Abono de Férias - A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas ao abono de férias corresponde a: ((1/3)*(1/12) x 100) = 2,78%.

⁽³⁾ **Férias - Tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato, por não existir pagamento subsequente. Deve ser utilizada somente quando não existir provisão para substituição durante férias (item A do Módulo 4), uma vez que essa última não é acionada no último período de vigêcia do contrato. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável, portanto, deverá ser excluída no próximo período de vigência.**

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários e FGTS e Outras Contribuições		%	Fundamento	
A	INSS (20% ou 0% no caso de opção pela CPRB ⁽¹⁾)	20,00%	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91. (3) Lei 13.161/2015 - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	
B	SESI ou SESC	1,50%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; art. 30 da Lei nº 8.036/90; art. 1º da Lei nº 8.154/90; art. 240 da Constituição Federal.	
C	SENAI ou SENAC	1,00%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; Decreto nº 2.318/86	
D	INCRA	0,20%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; Lei nº 7.787/89; DL nº 1.146/70; Lei Complementar nº 11/71.	
E	Salário Educação	2,50%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; art. 3º, inciso I do Decreto nº 87.043/1982; art. 15 – Lei nº 9.424/96; art. 1º § 1º - Decreto Nº 6.003/2006; art. 212 § 6º da Constituição Federal. Súmula Nº 732 do STF.	
F	FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III,	
G	GILL/RAT = RAT (1%, 2% ou 3%) x FAP (0,5 a 2,00) ⁽²⁾	3,00%	Anexo V do Regulamento da Previdência Social – RPS (Decreto n. 3.048/1999) e regras de enquadramento dispostas na Instrução Normativa RFB n. 2.110/2022 e/ou legislação superveniente. Súmula 351 do STJ.	
H	SEBRAE	0,60%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22. Art. 8º, Lei nº 8.029/90 e Lei nº 8154/90	
Total dos encargos previdenciários e FGTS		36,80%		

Os valores dos encargos apresentados na planilha são calculados sobre os totais do Módulo 1 e Submódulo 2.1, mantendo o padrão da IN SG/MPDG n. 05/2017. Nos demais módulos e submódulos, há somente registro da incidência do submódulo 2.2.

⁽¹⁾ Devido a aplicação da Lei 13.161/2015 (Desoneração da folha de pagamento), a contribuição previdenciária patronal (INSS) poderá não ser calculada no Submódulo 2.2, sendo substituída por alíquota diferenciada de acordo com a atividade, incidindo sobre o faturamento (compondo o módulo 5).

⁽²⁾ **GILL/RAT** é a sigla correspondente à Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (o antigo **Seguro de Acidente de Trabalho - SAT**). A contribuição GILL/RAT é apurada por meio de um indicador criado pela Receita Federal: o **RAT Ajustado**. Sendo assim, em regra, considera-se para fins de definição da planilha modelo que **GILL/RAT = SAT = RAT Ajustado**. O cálculo do RAT ajustado é feito mediante aplicação da fórmula: RAT ajustado = RAT x FAP. A aplicação mínima ou máxima do FAP (0,5 a 2,00) sobre as alíquotas do RAT (1% a 3%) levará o percentual ajustado do RAT a uma variação entre 0,5% a 6%. A licitante deve preencher o item G do Submódulo 2.2 das planilhas analíticas de custos e formação de preços com o valor de seu RAT ajustado comprovando o percentual indicado no momento da apresentação da proposta na forma prescrita no edital e nestas notas explicativas.

- **RAT** (Riscos Ambientais do Trabalho) contém as alíquotas de 1%, 2% ou 3%, apurada com base na atividade preponderante da empresa (CNAE), deverá ser esclarecida e comprovada quando solicitado pelo pregoeiro, conforme Anexo V do Regulamento da Previdência Social – RPS (Decreto n. 3.048/1999) e regras de enquadramento dispostas na Instrução Normativa RFB n. 2.110/2022 e/ou legislação superveniente.

- **FAP** (Fator Acidentário de Prevenção) multiplicador variável num intervalo de 0,5 a 2,00 calculado anualmente pelo INSS considerando o número de acidentes do trabalho e doenças profissionais de cada empresa (Decreto nº 6.957/2009). Essa alíquota deverá ser comprovada mediante a apresentação do multiplicador FAP (FapWeb) vigente no momento da contratação, cujo valor é obtido no site da previdência social por meio de acesso individual da proponente.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários ⁽¹⁾		Fundamento / Memória de cálculo	
A	Vale-Transporte	Base de cálculo: valor de referência em Maringá x 20 dias úteis.	
B	Auxílio-Alimentação	Valor estipulado pelo CISPAP	
C	Assistência Médica (conforme previsto na CCT e regras do edital)		
D	Assistência Odontológica (conforme previsto na CCT e regras do edital)		
E	Outros (conforme previsto na CCT e regras do edital)		
F	Outros (conforme previsto na CCT e regras do edital)		
G	Outros (conforme previsto na CCT e regras do edital)		

- Não serão aceitas a indicação de Convenção Coletiva de Trabalho, acordo coletivo ou sentença normativa **cuj a base territorial não abrange a cidade de Curitiba;**

- Observar o item 2 e 3 do APÊNDICE DO ANEXO I - ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.

NOTAS EXPLICATIVAS

Módulo 3 - Provisão para Rescisão		%	Memória de cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado ⁽¹⁾	0,42%	$((0,05 \times (1/12) \times 100) \cong 0,42\%)$	Art. 7º, XXI, CF/88, Art. 477, 487 e 491 da CLT. Lei n. 12.506/2011.
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,03%	$((0,08 \times 0,0042) \times 100) \cong 0,03\%$	Súmula 305 TST.
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado ⁽²⁾	3,44%	$0,08 \times 0,4 \times 0,9 \times [1 + 1/12 + 1/12 + (1/3 \times 1/12)] \cong 3,44\%$	Art. 18 da Lei 8.036/90. Art. 12 da Lei 13.932/2019.
D	Aviso Prévio Trabalhado ⁽³⁾	1,94%	$(7/30) / 12 \cong 1,94\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e 491 CLT. Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário
D.1	Aviso Prévio Trabalhado após 12 meses de vigência (Prorrogação)	0,194%	$(((7/30) \times 0,1) / 12) \cong 0,194\%$	Lei 12.506/2011. Acórdão n. 1186/2017-TCU-Plenário
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio trabalhado	0,72%	$((0,3680 \times 0,0194) \times 100) \cong 0,72\%$	Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário
E.1	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado após 12 meses de vigência (Prorrogação)	0,07%	$((0,3680 \times 0,00194) \times 100) \cong 0,07\%$	Lei 12.506/2011. Acórdão n. 1186/2017-TCU-Plenário
F	Multa do FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado ⁽⁴⁾	0,062%	$((0,0194 \times 0,08) \times 0,4 \times 100) \cong 0,062\%$	Art. 12 da Lei 13.932/2019. Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário
F.1	Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado após 12 meses de vigência (Prorrogação)	0,006%	$((0,00194 \times 0,08) \times 0,4 \times 100) \cong 0,006\%$	Lei 12.506/2011. Acórdão n. 1186/2017-TCU-Plenário
Total da provisão para rescisão - Primeiro ano de vigência		6,61%	A+B+C+D+E+F	
Total da provisão para rescisão - após a primeira prorrogação		4,16%	A+B+C+D.1+E.1+F.1	

⁽¹⁾ Aviso Prévio Indenizado - Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Cálculo $((1/12) \times 0,05) \times 100 \cong 0,42\%$.

⁽²⁾ Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado - rescisão sem justa causa: Esse item corresponde ao valor da multa do FGTS (40%) que incide sobre o saldo dos depósitos efetuados na conta vinculada ao FGTS do trabalhador. Considera-se que 10% dos empregados pedem contas, portanto, essa penalidade recai sobre os 90% remanescentes. Logo o pagamento da multa para os valores depositados relativos a salários, férias e 13º salário corresponde a: $0,08 \times 0,4 \times 0,9 \times [1 + 1/12 + 1/12 + (1/3 \times 1/12)] \cong 3,44\%$.

⁽³⁾ Aviso Prévio Trabalhado - redução de 7 dias ou de 2h por dia. Percentual relativo aos primeiros doze meses de vigência $[(7 \text{ dias de ausências} / 30 \text{ dias}) / 12] \times 100 = 1,94\%$ para 30 dias de aviso prévio no primeiro ano. Após o primeiro ano, o percentual corresponderá a 0,194% a cada ano uma vez que a Lei 12.506/2011 dispõe o acréscimo de 3 dias de aviso prévio ou 0,7 dias de ausências por ano de serviço prestado até o máximo de 90 dias. Ou seja, um décimo do valor máximo admitido pelo Acórdão 3006/2010-TCU-Plenário, conforme ditames da Lei 12.506/2011 e Acórdão 1.186/2017 - TCU-Plenário.

⁽⁴⁾ Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado: o custo do aviso prévio trabalhado é acrescido da multa do FGTS (40%) que incide sobre a alíquota do FGTS (8%) aplicada sobre o custo de referência para o aviso trabalhado.

⁽⁵⁾ O art. 12 da Lei n. 13.932/2019 extinguiu a cobrança da contribuição de 10% devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa (art. 1º da Lei Complementar 110/2001). Sendo assim, o adicional que era previsto nos itens "C" e "F" com o título "Multa do FGTS e contribuição social sobre Aviso Prévio [...] passou a ser denominado somente de "Multa do FGTS sobre Aviso Prévio [...]"

OBS: Os valores das rubricas Aviso Prévio Trabalhado, Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado e Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado, por ser custos não renováveis, serão reduzidos a partir da primeira prorrogação de vigência do contrato conforme itens D.1, D.2 e D.3 da memória de cálculo nos termos do Acórdão 1.186/2017 - TCU-Plenário.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		%	Memória de cálculo	Fundamento
A	Substituição durante férias ⁽¹⁾	8,33%	$((1/12) \times 100) \cong 8,33\%$	Art. 129 e 130 CLT.
B	Substituição durante ausência por doença ⁽²⁾	1,39%	$((5/30) / 12) \times 100 \cong 1,39\%$	Art.131 , inciso III, da CLT. Art. 476 da CLT, art. 6º, §1º, alínea "f", da Lei n. 605, de 1949, e art. 12, alínea "f", do Decreto n. 27.048, de 1949.
C	Substituição durante licença maternidade ⁽³⁾	0,14%	$0,1111 \times 0,02461 \times 0,5 \times 100 \cong 0,02\%$	Art. 7º inc. XVIII, CF, Lei 8.213/91, art. 72 e Lei 11770/2008. Lei n. 13.527/2016.
D	Substituição durante licença paternidade ⁽⁴⁾	0,02%	$(((5/30) / 12) \times 0,015 \times 100) \cong 0,02\%$	Art. 7º, inciso XIX da CF. §1º do artigo 10 do ADCT. Lei n. 13.527/2016
E	Substituição durante ausências legais ⁽⁵⁾	0,28%	$(((1/30) / 12) \times 100) \cong 0,28\%$	Art. 82 e 473 da CLT
F	Substituição durante ausência por acidente de trabalho ⁽⁶⁾	0,07%	$(((30/30) / 12) \times 0,0078 \times 100) \cong 0,07\%$	Art. 27 do Dec. 89312/84, Art. 131 da CLT e MP. 664/2014
G	Substituição durante intervalo de repouso e alimentação ⁽⁷⁾	6,82%	$((1/220) \times 1 \times 15) \times 100 \cong 6,82\%$	<div>220 horas/mês</div> <div>Total de horas na jornada de trabalho mensal</div> <div>15 horas/mês</div> <div>Total de dias estimados de substituição mensal</div> <div>1 horas/mês</div> <div>Total de horas para repouso durante a jornada</div>
H	Outros (especificar)	0,00%		
Subtotal (sem item "g", por padrão)		10,22%	obs: Com o item "g" o Subtotal = 17,04%	
I	Proporcional de Férias, 1/3 e 13º sobre custo de reposição (exceto licença maternidade) ⁽⁸⁾	1,96%	$(0,1022 - 0,0002) \times [1/12 + 1/12 + (1/12 \times 1/3)] \times 100 \cong 1,96\%$	
Subtotal antes de incidência do Submódulo 2.2 (sem item "g", por padrão)		12,18%	obs: Com o item "g" o Subtotal = 20,19%	
J	Incidência do submódulo 2.2 sobre custo de reposição	4,48%	$(0,3680 \times 0,1022) \times 100 \cong 4,48\%$	
Total do custo de reposição do profissional ausente (sem item "g", por padrão)		16,67%	obs: Com o item "f" o Subtotal = 27,62%	

⁽¹⁾ Caso o contrato preveja substituição do empregado em férias, para que o posto não fique descoberto a empresa deverá repor o profissional ausente por meio de profissional substituto ao qual deverá retribuir com a mesma remuneração do titular. No último período de vigência contratual, essa rubrica supre a necessidade do pagamento das férias remuneradas do titular em vez de suportar a cobertura de férias.

⁽²⁾ Estimativa de 5 (cinco) dias de licença por ano.

⁽³⁾ Custo Estimado com licença maternidade = Custo Efetivo de Afastamento Maternidade x Número Estimado de Ocorrências x Rateio do Custo durante um ano

Número Estimado de Ocorrências: Conforme Anuário Estatístico da RAIS, elaborado pelo Ministério do Trabalho, as mulheres representaram cerca de 45,24% do total de empregos no Paraná em 2021 (1.473.668 do total de 3.257.533). Já o Anuário Estatístico da Previdência Social dispõe que foi concedida a quantidade de 80.178 salários-maternidade no âmbito do Paraná em 2021. Essa quantidade representa cerca de 5,44% do total de mulheres empregadas no Paraná no mesmo período. Portanto, a estimativa de uma determinada empregada usufruir 6 (seis) meses de licença a cada ano de execução contratual é de $0,4524 \times 0,0544 \times 100 \cong 2,461\%$ de empregadas afastadas.

Rateio do Custo durante Vigência Contratual: Divisão proporcional do custo de 6 (seis) meses de licença por ano (base do % de ocorrências): $(6 \text{ meses de licença}) + (12 \text{ meses}) \times 100 = 50\%$

[Clique aqui para consultar o Painel de Informações da RAIS de 2021](#) Seleccione "Dados Setoriais" e os filtros "UF" = Paraná e "Sexo" = Feminino". Os dados estão no cartão "Estoque" da página.

Clicar em 2021: "Download de tabelas". No arquivo baixado (nome: "aeps-2021.xlsx.zip"), clique na pasta "AEPS 2021 - SECAO I - BENEFÍCIOS", depois em "AEPS 2021 - SECAO I - SUBSECAO A - CONCEDIDOS". Descompactar arquivo "21C4-01.xlsx" e abrir em planilha eletrônica. Os dados referentes ao Paraná estão na planilha "21C4_01 2".

⁽⁴⁾ Estimativa de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias da licença por ano.

⁽⁵⁾ Estimativa de 1 (uma) ausência por ano.

⁽⁶⁾ Estimativa de 1 (uma) licença de 30 (trinta) dias por ano para 0,78% (setenta e oito décimos por cento) dos empregados.

⁽⁷⁾ O valor desta substituição será 0 (zero) por definição. Caso necessário para a contratação, esse valor deverá ser devidamente aportado e adaptado a situação contratual. A planilha não autorizará o preenchimento do item f quando já houver indicação de custo do Módulo 1.1- Intervalo Intrajornada. Ou seja, deve-se computar o custo adicional para o empregado (Módulo 1, item I) ou para o substituto (Submódulo 4.5, item I) quando houver necessidade de prestação de serviço durante o intervalo para repouso/alimentação.

⁽⁸⁾ A cada substituição, o empregado substituto faz jus além da remuneração, às férias proporcionais com acréscimo de um terço e 13º salário proporcional ao período trabalhado durante a ausência do titular. Essa realidade já se amolda à substituição por meio de contrato de trabalho intermitente intituido pela Lei n. 13.467/2017 (reforma trabalhista). A diferença da utilização deste contrato de trabalho para os demais é que o pagamento desses encargos trabalhistas se efetivam imediatamente após completado o serviço e não após os respectivos períodos concessivos. Deve-se atentar que, por já possuir férias proporcionais com acréscimo de um terço e não haver 13º em sua composição, o percentual relativo à licença maternidade é retirado do cálculo.

NOTAS EXPLICATIVAS

Módulo 5 - Insumos Diversos		Fundamento
A	Uniformes	De acordo com a memória de cálculo específica na aba "Det. - Mod. 2 e 5".
B	Equipamentos de Proteção Individual - EPI	
C	Outros materiais não depreciáveis	
D	Materiais depreciáveis ⁽¹⁾	
⁽¹⁾ Para encontrar as taxas de depreciação, recomenda-se a utilização da Macrofunção 02.03.30 do SIAFI para se obter estimativas de vida útil e do valor residual dos bens depreciáveis. Poderão ser utilizadas outras taxas, justificadamente, como as taxas de depreciação dispostas no Anexo III da IN RFB n. 1.700/2017.		
Módulo 6 - Custos Indiretos e Tributos		Memória de cálculo
A	Custos Indiretos (Despesas Operacionais e Adm.) ⁽¹⁾	5,00% (Módulo1 + Módulo2 + Módulo3 + Módulo4) x 5%
B	Lucro (Superávit) ⁽¹⁾	7,00% (Módulo1 + Módulo2 + Módulo3 + Módulo4 + Custos indiretos) x 10%
C	Tributos ⁽²⁾	14,25% C% (em percentual) = C1 + C2 + C3 + C4
C.1	Tributos Federais	9,25% C R\$ (em reais) = P1 - P0
	PIS	P0 = Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5A + Módulo 5B (em reais)
	COFINS	
C.2	Tributos Municipais (ISS)	5,00% P1 = P0 / (1 - C%)
C.3	Outros tributos (especificar) - ex: (CPRB, ⁽³⁾ se for o caso)	0,00%
⁽¹⁾ Considerando os estudos realizados, o presente modelo utiliza o percentual máximo de 5,00% (cinco por cento) para alíquota de custos indiretos e de 7,00% para margem de lucro. O(s) servidor(es) responsáveis pelo preenchimento da Planilha nº 1 (fase de planejamento) poderão sugerir o estabelecimento de outros índices máximos com base em pesquisa em contratos semelhantes no âmbito do Distrito Federal ou de outra unidade da federação pretendida e fazer uma média aritmética. A justificativa para alteração deverá estar devidamente fundamentada nos autos da contratação. Por fim, respeitado o resultado da soma dos limites máximos definidos, as licitantes poderão cotar percentuais para os custos indiretos e margem de lucro fora dos patamares definidos no edital, conforme Acórdão n. 408/2019 – TCU - Plenário.		
⁽²⁾ Os tributos (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Real (incidência não-cumulativa de PIS/COFINS) . A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato conforme Acórdão TCU-Plenário n. 2.647/2009.		